



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

JAZON FERREIRA PRIMO JÚNIOR

**OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E A
INTERFACE COM A POLÍTICA NACIONAL DE ATER (PNATER)**

JUAZEIRO - BA

2018

JAZON FERREIRA PRIMO JUNIOR

OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E A INTERFACE COM A POLÍTICA NACIONAL DE ATER (PNATER)

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Lucia Marisy S. R. de Oliveira

Co orientadora - Prof.^a. Dr^a Márcia Bento Moreira

Juazeiro – BA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

P953c	<p>Primo Junior, Jazon Ferreira. Os currículos dos cursos de Engenharia Agronômica e a interface com a Política Nacional de Ater (PNATER) / Jazon Ferreira Primo Junior. -- Juazeiro, 2018. xiv, 90 f. : il. ; 29 cm.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro - BA, 2018.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira.</p> <p>1. Assistência Técnica e Extensão Rural. 2. Engenharia Agronômica. 3. Currículo. I. Título. II. Oliveira, Lucia Marisy Souza Ribeiro de. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.</p> <p>CDD 630.71</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Renato Marques Alves, CRB 5 1458.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL-
PPGExR

FOLHA DE APROVAÇÃO

JAZON FERREIRA PRIMO JÚNIOR

OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E SUA
INTERAÇÃO COM A POLÍTICA NACIONAL DE ATER (PNATER)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa II - Processos de Inovação e Socio- Tecnológicas e Ação Extensionista, como requisito de obtenção do título de mestre em Extensão Rural.

Aprovado em: 10 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora



Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira - PPGExR/UNIVASF



Profa. Dra. Luciana Souza de Oliveira - PPGExR/UNIVASF



Prof. Dr. Jairton Fraga Araújo- UNEB

Dedico essa dissertação a todos/as aqueles/as que lutaram e lutam para construir políticas públicas que, de forma prática, colocam o Estado brasileiro a serviço da vida de quem mais precisa.

AGRADECIMENTOS

Ao Estado brasileiro

As forças políticas e sociais que interiorizaram e democratizaram o ensino superior brasileiro, fazendo a universidade pública e federal chegar ao semiárido baiano.

Ao povo do semiárido

Aos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais elementos centrais da minha escolha de direcionamento profissional

A universidade pública, gratuita e de qualidade

A instituição UNIVASF por ter me proporcionado essa experiência de vida e profissional

Às minhas orientadoras

A professora, minha orientadora (muito mais que isso) Lucia Marisy, por tudo. Sem ela eu não jamais chegaria até aqui
A minha co-orientadora Marcia Bento pela disponibilidade em ajudar sempre

Aos amigos, irmãos que a vida nos presenteia

Ao amigo Jerônimo Rodrigues pelo estímulo, amizade e orientações
Aos grandes amigos do grupo Malvados Favoritos que levo pra sempre no coração
A amiga Sônia Abiké pela luta e resistência em defesa da dignidade do povo negro, dentro e fora da universidade.
À família Adonel que me acolheu em Juazeiro como um filho como sempre

A energia do Sertão e da Caatinga, tão crucial na minha espiritualidade

As árvores da caatinga, todas elas, que de alguma maneira me ofertaram forças e conforto pra alma nos momentos que precisei

Aos meus ancestrais que pavimentaram meu caminho

A mamãe, Izabel Cirila, por me ensinar de forma prática que não há outro caminho que não seja pelo enfrentamento das dificuldades diárias
A Papai, Jazon Primo, que me fez acreditar que eu era capaz

A Diego, Lucas e Eloísa pelo amor, a energia, a motivação e a compreensão pela minha ausência para realizar esse trabalho

Ao meu irmão, Santiago Matos, pela mesma cumplicidade que agradei quando me graduei em Engenharia Agrônômica

A minha irmã, Izabela Matos, pelo amor dedicado e pelo simples fato de existir na minha vida de forma tão plena e necessária

A todos/as que de alguma maneira torceram, rezaram, oraram ou emanam energias positivas para que chegasse até aqui.

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural constituiu-se, nos últimos anos, como uma ferramenta primordial para o desenvolvimento das atividades rurais voltadas para a agricultura familiar. A sua construção a partir de um processo participativo pelas diversas esferas sociais, fez dessa um instrumento legítimo para as ações de assistência técnica e extensão rural promovidas pelo Estado brasileiro. Para consecução da ampla dimensão que é tal política, a formação profissional ofertada pelos centros educacionais, através dos cursos de Engenharia Agrônoma, é condição importante para o êxito desta política. Nesse sentido o trabalho teve como objetivo analisar a interface dos currículos dos cursos de Engenharia Agrônoma da UNIVASF, UFRB, UEFS e UNEB/DTCS-III em Juazeiro, com a PNATER. A análise documental se deu a partir dos Projetos Pedagógicos nos itens Princípios, Perfil do Egresso e Organização Curricular, assim como os Princípios, Objetivos e Público beneficiário da lei 12.188/2010 Lei de Ater, que instituiu a PNATER. A interface dos currículos dos cursos de Engenharia Agrônoma das universidades pesquisadas se dá em níveis diferentes com a PNATER, sendo o desenvolvimento sustentável e a agroecologia contemplados em todos os Projetos Pedagógicos dos cursos pesquisados. A interface difere pela quantidade de disciplinas e o detalhamento dessas com as temáticas da PNATER. Nesse sentido o Projeto Pedagógico do curso de agronomia da UEFS se destaca de maneira diferenciada no detalhamento de disciplinas que abordam de maneira específica dezessete, dos vinte temas da PNATER. Os Projetos pedagógicos dos demais cursos pesquisados tem um direcionamento para determinado tema da PNATER.

Palavras-chave: Extensão Rural. Universidade. PNATER

ABSTRACT

The National Policy for Technical Assistance and Rural Extension has become, in recent years, a primordial tool for the development of rural activities aimed at family agriculture. Its construction, based on a participatory process by the various social spheres, made this a legitimate instrument for the technical assistance and rural extension actions promoted by the Brazilian State. To achieve the broad dimension of such a policy, the vocational training offered by the educational centers through the courses of Agronomy Engineering is an important condition for the success of this policy. In this sense, the objective of this work was to analyze the interface of the curricula of the Agronomic Engineering courses of UNIVASF, UFRB, UEFS and UNEB / DTCS-III in Juazeiro, with PNATER. The documentary analysis was based on the Pedagogical Projects in the items Principles, Profile of Egresso and Curricular Organization, as well as the Principles, Objectives and public beneficiary of the law 12.188 / 2010 Ater Law, which instituted PNATER. The interface of the curricula of the courses of Agronomic Engineering of the researched universities occurs in different levels with the PNATER, being the sustainable development and the agroecology contemplated in all the Pedagogical Projects of the studied courses. The interface differs by the number of disciplines and the detailing of these with the themes of PNATER. In this sense, the Pedagogical Project of the UEFS agronomy course stands out in a different way in the detailing of disciplines that specifically address seventeen of the twenty themes of PNATER. The pedagogical projects of the other courses studied have a focus on a particular PNATER theme.

Key-words: Rural Extension, University, PNATER

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 01. Distribuição dos cursos de Engenharia Agrônômica no Estado da Bahia.....	21
Quadro 02. Interface dos Princípios do PPC do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF com os Princípios da PNATER.....	38
Quadro 03. Interface dos Princípios do PPC do curso de Agronomia da UFRB com os Princípios da PNATER.....	39
Quadro 04. Interface dos Princípios do PPC do curso de Agronomia da UEFS com a PNATER	40
Quadro 05. Interface da Concepção e finalidade do PPC do curso de Agronomia da UNEB com a PNATER.....	42
Quadro 06. Interface dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UNIVASF.....	47
Quadro 07. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UFRB.....	49
Quadro 08. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UEFS.....	52
Quadro 09. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UNEB.....	54
Quadro 10. Ocorrência dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER na Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF.....	60
Quadro 11. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER na organização curricular do curso de Agronomia da UFRB.....	64
Quadro 12. Ocorrência dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER na Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UEFS.....	70
Quadro 13. Ocorrência dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER na Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNEB.....	73

FIGURAS

Figura 1. Representação da Interface entre os Projetos Pedagógicos e PNATER.....	22
Figura 2. Ocorrência dos Princípios da PNATER nos Princípios dos Projetos Pedagógicos das Universidades.....	43
Figura 3. Interface estratificada do Perfil do Egresso com os Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER.....	56
Figura 4. Interface do Perfil do Egresso com a PNATER (acumulado).....	57
Figura 5. Interface da Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônoma da UNIVASF com a PNATER.....	63
Figura 6. Interface da Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônoma da UFRB com a PNATER.....	69
Figura 7. Interface da Organização Curricular do curso de Agronomia da UEFS com a PNATER.....	72
Figura 8. Interface da Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônoma da UNEB com a PNATER.....	80
Figura 9. Interface estratificada da Organização Curricular dos cursos de Engenharia Agrônoma com a PNATER.....	81
Figura 10. Acumulado da Interface da Organização Curricular dos cursos de Engenharia Agrônoma com a PNATER.....	82
Figura 11. Quantitativo de Disciplinas com Interface com a PNATER por Universidade.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR - associações de crédito e assistência rural
- BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária–
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PPC – Projeto Pedagógico de Curso
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
- SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
- SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
- UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- UNEB – Universidade Estadual da Bahia
- UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO.....	20
2 OBJETIVOS.....	22
2.1 GERAL.....	22
2.2 ESPECÍFICOS.....	22
3 METODOLOGIA.....	23
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	26
4.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.....	26
4.2 O PROJETO PEDAGÓGICO: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	30
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E SUA INTERFACE COM OS PRINCÍPIOS DA PNATER.....	35
5.1.1 UNIVASF.....	36
5.1.2 UFRB.....	38
5.1.3 UEFS.....	40
5.1.4 UNEB.....	41
5.2 PERFIL DO EGRESSO DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E SUA INTERFACE COM OS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E PÚBLICO BENEFICIÁRIO DA PNATER.....	44
5.2.1 UNIVASF.....	45
5.2.2 UFRB.....	48
5.2.3 UEFS.....	51
5.2.4 UNEB.....	53
5.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E SUA INTERFACE COM A PNATER.....	57
5.3.1 UNIVASF.....	60
5.3.2 UFRB.....	64
5.3.3 UEFS.....	70

5.3.4 UNEB.....	73
5.3.5 ANÁLISE GERAL COMPARATIVA DA INTERFACE DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS UNIVERSIDADES COM A PNATER.....	81
6 CONCLUSÃO.....	84
7 REFERÊNCIAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

Nenhum setor da economia se desenvolveu satisfatoriamente sem que tivesse experimentado um processo orientado, capacitando e formando agentes de transformação para proporcionar um real desenvolvimento que gere a emancipação do conjunto social. No meio rural, espaço que teve resumida importância pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, os processos de desenvolvimento são concretamente dependentes de tal orientação. A assistência técnica e a extensão rural (ATER), têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

No Brasil, ações de caráter extensionista, embora de forma tímida, começaram a ser concebidas de forma conjunta com o ensino e a pesquisa com o Decreto nº 2.500 de 01/11/1859, que trata da criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura. Entretanto, a institucionalização da extensão rural brasileira se deu ao longo das décadas de 50 e 60 e passou por diversas fases até chegarmos na Política Nacional de Ater instituída pela lei 12.188/2010 (PEIXOTO, 2008).

O tema da Extensão Rural está em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas públicas, bem como entre extensionistas. Há diversos estudos, no Brasil e no exterior, enfocando aspectos históricos, modelos e sistemas, metodologia de ação, formas de organização e casos diversos. Entretanto, aparentemente há uma carência de estudos sobre a regulação desta atividade, bem como da sua utilização na formação dos futuros extensionistas pelas universidades brasileiras.

As atividades de ensino superior agrônômico iniciaram no Brasil de forma integrada. Em 1859 criou-se o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, implantado no distrito de São Bento das Lages com articulação dos governos provincial e da oligarquia açucareira que visava superar a estagnação da lavoura açucareira no Recôncavo fundamentada na perspectiva de consorciar a ciência e agricultura. Também criadas no período os Imperiais Institutos em Pernambuco (dezembro de 1859), Sergipe (janeiro de 1860), Rio de Janeiro (junho de 1860) e Rio Grande do Sul (agosto de 1861) (CAPDEVILLE, 1991).

O estatuto do Imperial Instituto Baiano de Agricultura previa a realização de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas construindo acervo e ações que contribuíam para o desenvolvimento de práticas agrícolas a partir do conhecimento desenvolvido na academia. Ainda hoje tais métodos são utilizados em serviços de extensão e de comunicação. Portanto é possível constatar que haveria, mesmo de forma rudimentar, um serviço de extensão rural alicerçado no ensino da agronomia (PEIXOTO, 2008).

Outro exemplo de atribuição legal de extensão rural é o Decreto no 1.606, de 29 de dezembro de 1906, sancionado pelo presidente Nilo Peçanha, criou e regulamentou o Ensino Agrônômico nos níveis básico, médio e superior. Diversos capítulos do Decreto tratam detalhadamente de atribuições relacionadas à assistência técnica e extensão rural a produtores rurais, como Cursos Ambulantes de Agricultura e a implantação de campos de demonstração e “fazendas modelo” de criação nos Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro (PEIXOTO, 2008).

A institucionalização efetiva do serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros.

O método de ação das Acar foi inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, mas os serviços não eram prestados diretamente por universidades, e sim pelas associações. Nesse período já podemos observar a desvinculação dos serviços de extensão rural se deslocando da universidade para uma instituição que trataria de forma específica do tema. Nessa fase da Ater a relação construída privilegia a relação da extensão com as instituições de crédito de rural.

Normalmente os textos sobre a história da ATER no Brasil partem deste marco histórico: a criação da Acar-MG. Mas, conforme demonstramos acima, ao menos do ponto de vista da legislação, ações de Ater já eram desenvolvidas possuindo atributos legalmente estabelecidos e nasceram vinculados as instituições de ensino superior. Ao passo que estas em seus estatutos

estipularam ações que estendiam o conhecimento gerado na academia para o rural brasileiro, como exemplo do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, consolidavam os passos iniciais da extensão rural brasileira.

Com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural (EMBRATER) através da Lei n. 6.126, de 6 de novembro de 1974, iniciou a estatização do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. As estruturas e atribuições da Ater foram ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema Abcar (ou Siber) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

A Ater intensificou-se nas décadas de 1960/70 com a modernização conservadora. Dentro desse processo percebe-se que ela foi desenvolvida como um Projeto Educativo para o capital (FONSECA, 1985). Mesmo que aproximando dos pequenos agricultores em momentos pontuais, sempre esteve voltado para uma visão tecnológica baseada na especialização, no uso de insumos não-renováveis e de máquinas agrícolas, tornando-se dependente do mercado. O técnico extensionista teve um papel fundamental na difusão dessa tecnologia, quando ao reproduzir esse modelo desconsidera as trajetórias, experiências e conhecimentos dos agricultores priorizando o conhecimento científico.

Embora o país tenha desenvolvido ações de extensão rural desde o séc XIX, os serviços de assistência técnica e extensão rural receberam um tratamento específico na legislação brasileira, ainda que limitado, somente após a Constituição de 1988, com a Lei nº 8.171, que dispõe sobre a Política Agrícola. Conhecida como Lei Agrícola, no Capítulo V, que trata especificamente da Ater, foi estabelecido que:

Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas.

Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.

A democratização do país propiciou o surgimento do movimento social extensionista, em 1986 que culminou em avanços. Nessa década, a EMBRATER passou a apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e estimulou o 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Decreto no 91.766, de 10/10/1985 –, o qual propôs ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais, além de novas metodologias de capacitação extensionista (PEIXOTO, 2008).

Apesar dos avanços obtidos, a extensão rural solidificava-se baseada nos pacotes da revolução verde, amparada pela formação profissional trabalhada na academia que seguia o mesmo modelo. Portanto, a consolidação do modelo de desenvolvimento rural, alicerçado na revolução verde, teve os profissionais da extensão rural como instrumento estratégico e decisivo.

Na década de 90 a onda do neoliberalismo chega ao Brasil de forma avassaladora e encontra os serviços de Extensão Rural completamente vinculados e rendidos ao mercado dos pacotes da revolução verde num ambiente de mero repassador de informações. O resultado foi a extinção de várias empresas públicas, dentre elas a EMBRATER em 1990 no governo Collor, levando os serviços de Ater a um processo fulminante de declínio. O resultado é o sucateamento e abandono da extensão rural como política de estado e sua completa retirada da pauta do desenvolvimento rural.

À medida que estabelece o abandono da Ater estatal como política de Estado, avança no rural brasileiro os sistemas agroindustriais, potencializando o serviço de Ater privado em um contexto que o agronegócio estava instituído para médios e grandes produtores. Essa ausência coloca na mão do mercado a hegemonia da condução da extensão rural como corrente de transmissão dos pacotes sem que haja nenhuma ação crítica ou estruturante de inclusão de um debate que contrariasse seus interesses como por exemplo a sustentabilidade, reforma agrária, soberania alimentar, formação política dos profissionais, etc.

Nesse período a universidade não passa ileso, também é vítima de um avassalador processo de sucateamento em todos os níveis. Aqui intensifica-se a investida das empresas do agronegócio no financiamento de pesquisas pelas universidades públicas que viam como forma de sobrevivência o

desenvolvimento de ciência e tecnologia de forma encomendada pelo capital. Diante desse cenário de sucateamento e subfinanciamento a formação dos profissionais passa ser oferecida pelas universidades a partir dessa relação com as empresas do agronegócio e principalmente pela conjuntura mundial de intensificação das políticas neoliberais.

O acúmulo dessas ações para dentro da universidade resulta na formação de profissionais com baixíssima capacidade de atuação com a complexidade do rural brasileiro. Tal formação é alicerçada nos aspectos de ordem produtiva, com foco no modelo empresarial, desconsiderando os aspectos políticos, sociais e culturais determinantes no processo de desenvolvimento rural.

De acordo com CARDOZO (1990), dentro das deficiências da academia, percebe-se neste modelo de educação uma tendência à reprodução do sistema de educação voltada para os interesses de uma classe elitizada. No caso da educação para profissionais de assistência técnica, as universidades possuem uma visão que é baseada no modelo da Revolução Verde, onde deve haver por parte dos técnicos uma difusão das tecnologias, e este modelo favorece o processo de exclusão.

A partir de 2002, ocorreu um novo marco da Ater no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a ser responsável pelas ações de assistência técnica e extensão rural no governo federal, no qual se inicia um processo de reconfiguração da extensão rural brasileira enquanto política pública, culminando na criação da PNATER em 2003. Essa política é exclusiva para os/as agricultores/as familiares, na sua diversidade, definidos entre: assentados/as da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos/as, indígenas, quilombolas, pescadores/as artesanais e aquicultores/as, povos da floresta, seringueiro/as, e outros públicos, numa perspectiva de proporcionar a emancipação social do público beneficiário (BRASIL, 2006).

1.1 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

A PNATER estabelece como missão da ATER “participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e

fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade”. Orienta um serviço de ATER pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, contemplando todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento (BRASIL, 2006).

A política preconiza a construção de estilos de desenvolvimento rural sustentável, um paradigma tecnológico para a produção de alimentos saudáveis, incluindo a pesca, extrativismo, e atividades não agrícolas que respeitem a heterogeneidade da agricultura familiar e promovam melhores condições de vida para a população rural e urbana. Promove a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos/as agricultores/as familiares nos mercados, estimulando processos de geração e compartilhamento de conhecimentos, tecnologias e inovações de forma sistêmica com instituições de ensino e pesquisa, e a agricultura familiar (BRASIL, 2006).

A reestruturação do ensino superior no país aconteceu concomitante ao processo de criação e consolidação da Política Nacional de Ater. Nesse período foram criadas e implantadas na Bahia 5 (cinco) universidades federais e uma série de novos campi em universidades existentes, além de faculdades particulares que oferecem cursos na área das ciências agrárias. Como vimos acima os extensionistas foram determinantes para a consolidação da expansão agropecuária baseado no modelo da revolução verde. A universidade funcionou de forma integrada com o modelo proposto.

Segundo o Ministério da Educação, a Bahia conta com 18 cursos de Engenharia Agrônoma, distribuídos em universidades públicas, privadas e Institutos federais, com autorização para formar 1.826 profissionais/ano sendo que, significativa parcela destes são absorvidos pelo campo de trabalho da extensão rural.

Quadro 01. Distribuição dos cursos de Engenharia Agrônoma no Estado da Bahia.

INSTITUIÇÃO	SEDE <i>Campus</i>	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	ANO CRIAÇÃO	VAGAS/ANO
-------------	--------------------	--------------------------	-------------	-----------

UFRB	Cruz das Almas	Recôncavo	1859	80
UNEB DTCS III	Juazeiro	Sertão do São Francisco	1960	70
UESB	Vitória da Conquista	Sudoeste Baiano	1982	46
UESC	Itabuna	Litoral Sul	1995	50
UNEB	Barreiras	Oeste Baiano	1999	50
UNIVASF*	Juazeiro/Petrolina	Sertão do São Francisco	2008	80
FASB	Barreiras	Oeste Baiano	2008	100
UEFS	Feira de Santana	Portal do Sertão	2010	80
IFBAIANO	Guanambi	Sertão Produtivo	2010	40
FARRP	Ribeira do Pombal	Semiárido NEII	2012	200
AGES	Paripiranga	Semiárido NEII	2013	100
UNEB	Euclides da Cunha	Semiárido NEII	2013	30
IFBAIANO	Bom Jesus da Lapa	Velho Chico	2015	40
UNIRB	Barreiras	Oeste Baiano	2016	200
UNIRB – FARAL	Alagoinhas	Litoral Norte e Agreste Baiano	2016	160
UNIRB – CURB	Salvador	Metropolitano	2016	200
FAI	Irecê	Irecê	2017	100
UNIRB	Feira de Santana	Portal do Sertão	2017	200

Fonte: Elaboração Própria a partir da base de dados do Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior e dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos.

* A sede do Campus das Ciências Agrárias da UNIVASF fica no município de Petrolina-PE.

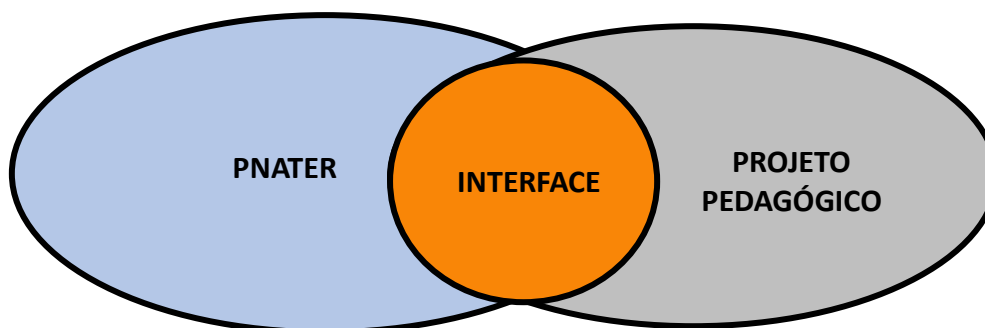
A formação de extensionistas é determinante para o êxito de uma política pública para o meio rural. A partir de 2003 uma série de políticas foram criadas e implementadas com vistas a inclusão produtiva da agricultura familiar. Portanto, este novo cenário apresenta uma demanda que exige do profissional da agronomia uma formação interdisciplinar e que dialogue com a PNATER a qual regula os serviços de extensão rural no Estado da Bahia.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL:

Avaliar a interface entre os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Engenharia Agrônômica de Universidades públicas e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para formação dos estudantes de Engenharia Agrônômica.

Figura 01 - Representação da Interface entre os PPC e a PNATER



2.2 ESPECÍFICOS:

- ✓ Analisar o Projeto Político Pedagógico dos Cursos de agronomia e sua interface com a PNATER;
- ✓ Identificar o impacto da PNATER na formação dos profissionais dos cursos de Engenharia Agrônômica;
- ✓ Presença ou ausência de disciplinas cujas ementas reflitam os conteúdos da PNATER.

3 METODOLOGIA

Buscando identificar a interface entre o ensino da Engenharia Agrônômica das Universidades e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, baseado em Goldenberg (2004). Para o autor na pesquisa qualitativa “a preocupação não é com a representatividade numérica, mas com a intensidade da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição”. No caso da nossa pesquisa busca-se compreender o comportamento da UNIVASF, UFRB, UNEB e UEFS no contexto de implantação e desenvolvimento da PNATER. O que ampara a escolha metodológica, onde

segundo o autor, “a pesquisa qualitativa também possibilita a produção do conhecimento científico por considerar a realidade vivenciada pelo objeto em estudo, mediante seu contexto histórico, político e social.

Os objetos principais de avaliação será a análise documental do marco legal da PNATER, Lei 12.188/2010, assim como os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Engenharia Agrônômica da UNIVASF, UFRB, UNEB e UEFS. Laille e Dionne (1999) destacam que a análise de conteúdo documental nos permite “procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais”. Por meio desse tipo de análise, é possível desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo dos textos, esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação (LAILLE e DIONNE, 1999, p.214).

Os indicadores da PNATER objetos da avaliação são: seus **Princípios, Objetivos e Público Beneficiário**. Conforme disposto na Lei de Ater, Lei 12.188/2010, que Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER,

Art. 3º São princípios da PNATER:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Art. 4º São objetivos da PNATER:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável;

II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;

VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;

IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;

XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Art. 5º São beneficiários da PNATER:

I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II - nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei (LEI Nº 12.188, 2010, p. 01).

Isto posto, a pesquisa a pesquisa foi conduzida de modo a identificar a presença dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER, conforme descrito acima, nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Engenharia Agrônoma da UFRB, UNIVASF, UNEB e UEFS. E para identificar essa interface foram analisados, nos PPPs, seus Princípios, Objetivos e a Matriz Curricular/Ementa/Bibliografia.

Nesse sentido após contextualização da PNATER e do Projeto Pedagógico aprofundou-se na análise sobre os Resultados e Discussão, onde avaliou-se, na seção “**PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS PPC DOS CURSOS DE AGRONOMIA E SUA INTERFACE COM OS PRINCÍPIOS DA PNATER**”, a interface dos Princípios dos PPCs com os princípios da PNATER a partir de um

quadro elucidativo que expressa a presença ou não dos princípios da PNATER nos Princípios dos PPCs, por universidade pesquisada.

A seção **“PERFIL DO EGRESSO DOS CURSOS DE AGRONOMIA E SUA INTERFACE COM A PNATER”** foi analisada a interface do Perfil do Egresso com os Princípios, Objetivos e Público beneficiário da PNATER para fins de entender o perfil do engenheiro agrônomo que cada universidade pretende formar e como este dialoga com a PNATER.

A seção **“ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E SUA INTERFACE COM A PNATER”** analisa interface da Organização Curricular dos PPCs com os Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER. Essa análise permitiu o aprofundar o entendimento de como o ensino dos cursos dialogam com a PNATER, uma vez que é na matriz curricular que se materializa a intencionalidade do projeto político pedagógico.

Assim sendo, as considerações finais desse trabalho apontam para apresentar as contribuições para esse tema tão relevante para sociedade e para a academia, que é a formação profissional disponibilizada pelas instituições públicas de ensino superior e sua interface com a PNATER.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) constituem-se como um dos instrumentos importantes para o apoio ao desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, a proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais, a segurança alimentar e nutricional, a inclusão social, o aumento da renda e melhoria na qualidade de vida e incentivo à produção, especialmente, para as populações rurais. Segundo Swanson e Claar (1991), a extensão rural é definida por uma dimensão comunicativa configurando-se como

um processo de transmissão de informações úteis à população, e na dimensão educativa, a extensão rural caracteriza-se pela disseminação de conhecimentos e tecnologias para os sujeitos envolvidos nos processos, tornando-os capazes de utilizar de forma eficaz esses conhecimentos.

No entendimento de Fonseca (1985), a função da extensão rural é eminentemente educativa e difusionista. “A extensão rural é educativa quando tende a produzir mudanças nos conhecimentos, atitudes e destrezas nas pessoas, para que possam conseguir o desenvolvimento tanto individual como social, e difusionista, quando defende a ideia de que o progresso para as populações rurais, necessariamente deveria ser proporcionado por fontes externas, negando assim, as potencialidades locais”.

Foi a partir da década de 1980, que se iniciou uma reorientação para as ações educativas dos serviços de extensão rural brasileiro. Defende-se, portanto, a utilização dos princípios da pedagogia libertadora nas práticas extensionistas, bem como a utilização de metodologias participativas, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das populações rurais (HONNEF, 2012).

No Brasil, segundo Cavalcante (2010), a extensão rural surgiu como um processo educativo voltado para atender os interesses do capitalismo, provocando grandes impactos socioeconômicos e ambientais. O autor acrescenta que a adoção de um modelo de extensão rural e de desenvolvimento baseado no uso de agrotóxicos, de mecanização agrícola das lavouras e da prática da monocultura, além de causar grandes prejuízos para os agricultores familiares, rendeu várias críticas não só do ponto de vista educacional, como também ambiental e econômico (CAVALCANTI, 2010).

O contexto histórico de implantação da Ater no Brasil, foi marcado pela hegemonia do paradigma produtivista, a partir da introdução de mudanças na base técnica da agricultura, o que foi orientado, teoricamente e metodologicamente, por um modelo que passou a ser chamado de “Revolução Verde”. O objetivo central do modelo da Revolução Verde era modernizar a agricultura através da implantação de pacotes tecnológicos, que incluíam a mecanização e a disseminação do uso de sementes melhoradas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, na perspectiva de aumentar a produção e a produtividade agrícola (DIAS, 2008).

Foi a partir da década de 1980, que se inicia uma reorientação para as ações educativas dos serviços de extensão rural brasileiro. Defende-se, portanto, a utilização dos princípios da pedagogia libertadora nas práticas extensionistas, bem como a utilização de metodologias participativas, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das populações rurais (HONNEF, 2012).

Diante de um conjunto de críticas sobre a extensão rural convencional difusionista, diversos autores passaram a propor formas alternativas para a ação extensionista. Neste caminho, ao incorporar o debate da questão ambiental no debate sobre Ater, Caporal (1998) propõe o que o autor definiu como uma Extensão Rural Agroecológica. Segundo Caporal:

A Extensão Rural Agroecológica poderia ser definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

Esta concepção de Extensão Rural Agroecológica está presente na proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2003 (BRASIL, 2004) e, de forma menos evidente, na Lei de Ater de 2010, onde questões chaves como a problemática socioambiental e a participação social dos atores envolvidos aparecem em destaque.

Na Lei nº 12.188/2010, a Ater é “definida como um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, entre outros” (LEI Nº 12.188, 2010, p. 01).

Assim, a extensão rural dentro de um contexto de desenvolvimento das populações rurais, de acordo com Deponti e Schneider (2013), “assume uma perspectiva de interface social, em que o processo de intervenção “deixa a cena” para o de mediação social.”

É neste contexto, que se inicia no Brasil, a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2003.

Com a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2003, Paiva (2012) afirma que se abriu uma nova oportunidade para a reflexão sobre os serviços de Ater no Brasil. A autora destaca que a política foi construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal, segmentos da sociedade civil, lideranças comunitárias, representação de agricultores familiares e movimentos sociais envolvidos com essa questão.

A PNATER de 2003 estabelece como público beneficiário da Assistência Técnica e Extensão Rural, a agricultura familiar, sendo financiada pelo Governo Federal. Isso se consolidou com a Lei nº 12.188/2010, Lei de Ater, que em seu Art. 3º define como princípios da PNATER o desenvolvimento rural sustentável; gratuidade, qualidade e acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural; metodologias participativas; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Abordando o mesmo tema, Caporal e Ramos (2006) destacam que a proposta da PNATER de 2003 foi apresentada às entidades e agentes de extensão rural, buscando incentivar a participação em um processo capaz de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural, acompanhado de um conjunto de orientações que visam qualificar os serviços de Ater. Isto demandaria das entidades, diretores, gerentes e de seus agentes extensionistas novas posturas de trabalho, papéis e perfis, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação com ações educativas e democráticas.

Na compreensão de Plata e Fernandes (2012), a PNATER resgatou a responsabilidade do estado pela manutenção dos serviços de Ater, de forma pública e gratuita para seus beneficiários, reconhecendo-a como um processo educativo, comunicacional e de apoio à formação e organização dos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária.

De acordo com Campos e Romarco (2013), a PNATER buscava contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de

desenvolvimento rural baseada nos princípios da Agroecologia. Além disso, permitia estimular a geração de emprego e renda, potencializar atividades agrícolas e não agrícolas, bem como apoiar estratégias de comercialização nos mercados locais, regionais e internacionais.

Segundo Lusa (2013), a política em questão, objetivando romper com a perspectiva conservadora do crescimento econômico, busca um modelo de participação e democratização para a assistência técnica e extensão rural, com novas metodologias e ações mais compatíveis com o modo de vida, de trabalho e produção rural, especialmente da agricultura familiar.

4.2 O PROJETO PEDAGÓGICO: CONTEXTUALIZAÇÃO

O termo projeto tem origem no latim *projectu*, que, por sua vez, é participio passado do verbo *projicere*, que significa “lançar para diante”. Plano, intento, desígnio (VEIGA, 2000). Um projeto necessita rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte” (GADOTTI, 2000).

O nascimento do termo Projeto Político Pedagógico remonta os anos 80, na intenção de se contrapor a uma visão burocrática e afirmar a natureza política do projeto.

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político, O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000).

“O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada comunidade escolar em assumir a sua 'cara' tanto para dentro, nas menores manifestações de seu cotidiano, quanto para fora, no contexto histórico em que ela se insere” (GADOTTI; ROMÃO, 1997).

Na reflexão acerca Projeto Político Pedagógico percebemos que todo projeto pedagógico é necessariamente político. Ele possui uma intencionalidade. É ele que indica a direção, o Norte, os rumos da escola.

Retrata a cara da escola, sua identidade como é compreendido por OLIVEIRA (1990).

Veiga (2000) considera três pontos básicos na especificidade do projeto. Primeiro, o projeto é uma antecipação do futuro, que deve orientar e conduzir nossa ação do presente; segundo, possui uma dimensão utópica, uma idéia a transformar-se em ato, o que reforça o caráter político da educação, valorizando o papel do projeto político pedagógico voltado para o desenvolvimento de um projeto histórico de transformação social; terceiro, quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva, possibilita a pertença, a identidade com a proposta.

A educação é, fundamentalmente, um ato político. [...] Afirmar que a educação é um ato político não deve conduzir à confusão entre a função técnica e a função política da educação. [...] É preciso estabelecer, sem ambigüidades, que a função técnica jamais é neutra. [...] A função técnica, em concreto, aparece sempre vinculada a uma orientação política determinada (SAVIANI, 1996).

MOREIRA e SILVA, (1994) são categóricos ao afirmar que o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. Para os autores o currículo está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais direcionadas.

APPLE (1994) ao reavaliar sua obra, *Ideologia e Currículo* (APPLE, 1982), escrita na década de setenta, contribui significativamente para demonstrar o papel dos currículos frente aos interesses que estão em jogo nos projetos educacionais. Sugere que, além da pergunta: “que tipo de conhecimento vale mais”, acrescente-se ao debate curricular outra pergunta: “o conhecimento de quem vale mais”.

Modelos de desenvolvimento disputam a Universidade internamente. A pressão exercida sobre as universidades para que os objetivos de determinado modelo econômico se tornem questão central, quando não o único objetivo da formação escolar, reforça a natureza política da questão. Esse contexto é muito discutido por CAVALET, (1999), tratando do currículo como uma espaço de

disputa, um “arena política”. Que se justificam na análise de APPLE (1994), onde para ele as teorias, diretrizes e práticas envolvidas na educação não são técnicas, pelo contrário, definem o conhecimento e a ideologia, dignos de serem transmitidos às futuras gerações, em sintonia com quem detém o poder na sociedade.

GOODSON (1997) é assertivo ao dizer que “Longe de ser um produto tecnicamente racional, que resume imparcialmente o conhecimento tal como ele existe num dado momento histórico, o currículo escolar pode ser visto como veículo portador de prioridades sociais”.

Ainda segundo CVALET (1999) Em síntese, o currículo não pode ser visto apenas como a organização do conhecimento desprovido de ideologia, cultura e poder. Ele tem, efetivamente, implicações sociais e históricas e, na expectativa de uma educação crítica, reflexiva e possibilitadora de uma formação integral e libertadora, deve ser visto como uma área contestada, uma arena política, na qual se trava um embate na busca dos objetivos pretendidos.

KEMMIS (1988) conceitua o currículo como uma construção histórica e social. O seu estudo possibilita a compreensão do papel da educação na reprodução e transformação de uma determinada sociedade em um determinado momento histórico.

GOODSON (1997) expõe seu conceito de currículo escolar como um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos.

Retomando APPLE (1994), o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos. Ele é sempre o resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

Veiga (2000), concebe o projeto como uma totalidade articulada decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do homem, como uma proposta de ação político-educacional e não um artefato

técnico, pois o que dá clareza ao projeto político-pedagógico é a sua intencionalidade.

Na construção de um projeto pedagógico de um curso de agronomia questionamentos orientadores nos balizam como: que Universidade queremos? Qual demanda da sociedade é prioritária? Que tipo de profissional pretendemos formar? Essas são perguntas que, de acordo Souza (2005) apontam para direção de projeto de sociedade que queremos construir, dos sujeitos que queremos formar, a partir de uma clara proposta pedagógica.

Nesse aspecto trazemos a luz da reflexão a “Universidade Necessária”, defendida por Darcy Ribeiro. E fazendo uma relação podemos nos perguntar qual profissional da agronomia queremos? E fica evidente que a construção dos projetos políticos pedagógicos é oriunda de uma disputa de modelo de desenvolvimento travada dentro da universidade a partir das forças externas que influenciam a produção acadêmica.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos das universidades pesquisadas coincide com o momento de efervescência da construção da Política Nacional de Ater que se iniciou com ampla participação em 2003 e se tornou Lei em 2010 quando o Presidente Lula sancionou a Lei de Ater, transformando a Ater em política de Estado. Isso permitiu que a nossa pesquisa explorasse a Lei 12.188/2010 e os projetos pedagógicos dos cursos de Agronomia da UNIVASF, UFRB, UEFS e UNEB na intenção de analisar a interface entre os conteúdos dos projetos Pedagógicos e a PNATER a partir dos seus Princípios, Objetivos e Público beneficiário.

A elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de Engenharia Agrônômica, objetos desse trabalho, é orientada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia, conforme descrito no Art 2º da Resolução Nº 1, de 2 de fevereiro de 2006, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Engenharia Agrônômica ou Agronomia indicarão claramente os componentes curriculares, abrangendo a organização do curso, o projeto pedagógico, **o perfil desejado do formando**, as competências e habilidades, os **conteúdos curriculares**, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o acompanhamento e a avaliação bem como o trabalho de curso como componente obrigatório ao longo do último ano do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico (RESOLUÇÃO Nº 1, de 2 DE FEVEREIRO DE 2006, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, p. 1, grifos nossos).

Sobre a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de Agronomia ou Engenharia Agrônômica a Resolução Nº 1, de 2 de fevereiro de 2006 institui:

§ 1º O projeto pedagógico do curso, observando tanto o aspecto do progresso social quanto da competência científica e tecnológica, permitirá ao profissional a **atuação crítica** e criativa na **identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.**

§ 2º O projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Agrônômica deverá assegurar a formação de profissionais aptos a **compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente** (RESOLUÇÃO Nº 1, de 2 DE FEVEREIRO DE 2006, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, p. 1, grifos nossos).

Ao analisar a Resolução 01/2006 da Câmara de Educação Superior, sobre elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Engenharia Agrônômica, é possível constatar que se cria as condições para elaboração de um PPP mais humanista, pautados nas demandas da sociedade. Entretanto são orientação generalistas, embora apontem para questões sociais, esse cenário permite a comissão de elaboração do PPC conduzi-la de acordo com suas percepções, visão de mundo e ideologias, como bem explicou APPLE (1994) e ainda a partir modelo de desenvolvimento que hegemoniza a universidade conforme alertou CAVALET, (1999).

Após a análise das orientações gerais para elaboração dos projetos pedagógicos nos próximos parágrafos aprofundamos a discussão a partir da análise sobre os itens que materializam a intencionalidade do Projeto Pedagógico.

Conforme descrito na metodologia, foram realizadas análises dos PPCs dos cursos de Engenharia Agrônômica da UNIVASF, UFRB, UEFS e UNEB a fim de identificar a interface destes com a PNATER. Para tanto definiu-se analisar nos Projetos Pedagógicos seus **Princípios Norteadores, Perfil dos Egressos e Organização Curricular**. As análises desses documentos terão como objetivo a identificação da presença dos **Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER** no corpo dos PPCs, afim de avaliar a formação dos profissionais da agronomia destas universidades e sua interface com a PNATER.

5.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS PPPs DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E SUA INTERFACE COM OS PRINCÍPIOS DA PNATER

Nessa seção realizou-se a análise dos dados e sua discussão a respeito da Interação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Engenharia Agrônômica com os Princípios da PNATER.

Conforme disposto na Lei de Ater, Lei 12.188/2010, que Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER,

Art. 3º São princípios da PNATER:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Antes de analisar os Princípios Norteadores do Projetos Pedagógicos das Universidades pesquisadas, é imprescindível compreender o que orienta as

Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia Agrônômica sobre os Princípios do Curso:

§ 3º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, **tendo como princípios:**

- a) o respeito à fauna e à flora;
- b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo;
- e) o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais. (RESOLUÇÃO Nº 1, de 2 DE FEVEREIRO DE 2006, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, p. 2, grifos nossos).

Os Princípios descritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais asseveram três grandes eixos: a Questão Ambiental, disposta nos itens a), b) e c); a **Formação com capacidade crítica**, disposta no item (d); e o **Compromisso social**, disposto no item e).

A sustentabilidade ambiental é fortemente tratada nos princípios dispostos nas diretrizes curriculares. Dos 05 (cinco) Princípios dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, 03 (três) dialogam diretamente com a sustentabilidade ambiental, sendo que, dentre eles, o item c) descreve textualmente a sustentabilidade do meio ambiente como princípio. O resultado dessa elevada presença da Sustentabilidade Ambiental, nas Diretrizes Curriculares, é que mais na frente vamos confirmar uma elevada interface dos Projetos Pedagógicos dos cursos pesquisados com o Princípio 01 da PNATER: **Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.**

Os demais eixos dispostos nos Princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (**Formação com capacidade crítica**, disposta no item (d); e o **Compromisso social** disposto no item e). Não tem a mesma ocorrência, nos princípios, como a Sustentabilidade ambiental. Entretanto cria as condições necessárias para a elaboração de um projeto pedagógico que dialogue diretamente com os outros Princípios da PNATER, descritos acima.

5.1.1 UNIVASF

A versão atualizada do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF foi elaborada em 2013, dez anos após início da construção da PNATER e três anos a instituição e regulamentação da Lei de Ater, 12.188/2010.

O Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF estabelece como princípios norteadores os seguintes pontos:

- Possibilidade *de construção do conhecimento contemplando e integrando a diversidade dos tipos de saberes que hoje são potencialmente demandados pela sociedade contemporânea* abrangendo a apropriação da fundamentação teórica das diversas áreas de conhecimento do curso, seus princípios, técnicas, práticas, e atuação ética e responsável, além de aptidões sociais e respeito às diversidades, atributos imprescindíveis ao bom desempenho profissional;
- Buscar sempre o enriquecimento do ambiente formativo introduzindo temas que se inserem nos contextos de vida dos estudantes, sem descaracterizar ou deformar o objetivo da sua formação como um profissional de nível superior;
- Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- Estimular processo avaliativo com base em raciocínio lógico e de domínio do histórico da natureza do conhecimento ou habilidade que se deseja aprimorar;
- *Estimular a postura autônoma e responsável do estudante enfocando sempre uma análise em que considere a diversidade de pontos de vista de determinada técnica ou tecnologia, relacionando-a nos seus diversos assentamentos históricos, políticos, culturais e econômicos de desenvolvimento;*
- Estimular uma formação que construa no estudante a consciência de suas competências e habilidades seja do ponto de vista técnico, político ou mesmo humanista, não se esquecendo dos valores sobre os quais eles se assenta.
- Propiciar sempre a reflexão sobre as dimensões epistemológicas sobre as quais os conhecimentos e as práticas se revelam (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA, 2013, p. 26).

Ainda de acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF,

O Curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- Respeito à fauna e à flora;
- Conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- Uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- Emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e,

- Atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício de atividades profissionais (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA - UNIVASF, 2013, p. 27)

Quadro 02. Interface dos Princípios do PPC do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF com os Princípios da PNATER.

Princípios PNATER	Princípios PPP UNIVASF
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNATER	Não há um Princípio que faça referência direta.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não há um Princípio que faça referência direta.
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	Não há um Princípio que faça referência direta.
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não há um Princípio que faça referência direta.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não há um Princípio que faça referência direta.

Fonte: Elaboração Própria (2018) a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF (2013) e da Lei 12.188/2010.

De acordo com a análise do PPP do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF há uma interface com a PNATER no Princípio 1: **Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.**

Conforme descrito no Quadro acima, não foi identificada interface dos **Princípios da PNATER: 2, 3, 4, 5 e 6** nos Princípios do Projeto Pedagógico curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF.

5.1.2 UFRB

A versão atualizada do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UFRB foi elaborada em 2009, 06 (seis) anos após início da construção da PNATER e 01 (hum) ano anterior instituição e regulamentação da Lei de Ater, 12.188/2010.

O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UFRB estabelece como princípios norteadores os seguintes pontos:

- a) respeito à fauna e à flora; b) conservação ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água; c) uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente; d) emprego do raciocínio

reflexivo, crítico e criativo; e e) o atendimento às expectativas humanas e sociais, no exercício das atividades profissionais.

(...) Foram incorporados ao currículo componentes curriculares que proporcionarão a formação de profissionais mais contextualizados com as características regionais do mercado de trabalho tais como: agroecologia, cooperativismo e sustentabilidade ambiental, análises agroambientais, solo e qualidade ambiental, plantas medicinais, aromáticas e condimentares. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGRONOMIA - UFRB, 2009, p. 06).

Quadro 03. Interface dos Princípios do PPC do curso de Agronomia da UFRB com os Princípios da PNATER.

Princípios PNATER	Princípios PPP UFRB
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER	Não há um Princípio que faça referência direta.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não há um Princípio que faça referência direta.
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	X
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não há um Princípio que faça referência direta.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não há um Princípio que faça referência direta.

Fonte: Elaboração Própria (2018) a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UFRB (2009) e da Lei 12.188/2010.

De acordo com o PPC do curso de Agronomia da UFRB há uma interface com a PNATER nos Princípios: **01 Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;** e no 04 que trata dos **Princípios de agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;**

Conforme descrito no Quadro acima, não foi identificada interface dos **Princípios da PNATER: 2, 3, 5 e 6** nos Princípios do Projeto Pedagógico curso de Agronomia da UFRB.

5.1.3 UEFS

A versão atualizada do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UEFS foi elaborada em novembro de 2010, 07 (sete) anos após início da construção da PNATER e 10 (dez) meses após instituição e regulamentação da Lei de Ater, 12.188/2010.

Sobre os Princípios Norteadores o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UEFS estabelece o seguinte:

O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- ✓ O respeito à fauna e à flora;
- ✓ A conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- ✓ O uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- ✓ O emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo;

O atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGRONOMIA - UEFS, 2010, p. 11).

Quadro 04. Interface dos Princípios do PPC do curso de Agronomia da UEFS com a PNATER.

Princípios PNATER	Princípios PPP UEFS
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER	Não há um Princípio que faça referência direta.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não há um Princípio que faça referência direta.
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	Não há um Princípio que faça referência direta.
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não há um Princípio que faça referência direta.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não há um Princípio que faça referência direta.

Fonte: Elaboração Própria (2018) a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UEFS (2012) e da Lei 12.188/2010.

De acordo com a análise do PPC de Agronomia da UEFS há uma interface com a PNATER no Princípio 1: **Desenvolvimento rural sustentável,**

compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.

Conforme descrito no Quadro acima, não foi identificada interface dos **Princípios da PNATER: 2, 3, 4, 5 e 6** nos Princípios do Projeto Pedagógico curso de Agronomia da UEFS.

5.1.4 UNEB

O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da UNEB foi reformulado em 2012, promovendo mudanças importantes nas diretrizes do curso. Após essa reformulação o curso passou a ser de Engenharia Agrônoma. A reformulação do Projeto Pedagógico ocorreu, 09 (nove) anos após início da construção da PNATER e 02 (dois) anos após instituição e regulamentação da Lei de Ater, 12.188/2010.

A estrutura do projeto pedagógico da UNEB, diferentemente dos demais Projetos Pedagógicos analisados, não tem um item que trata de forma nominada do “Princípios” do Curso. Entretanto aprofundando a análise do documento pode-se verificar que os princípios do curso são tratados no item “Concepção e Finalidade”. Com esse entendimento procedeu-se a análise da interação dos princípios a partir do item “Concepção e Finalidade” que no Projeto pedagógico do Curso de Engenharia Agrônoma da UNEB diz o seguinte:

O Projeto do Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma - Bacharelado, traz como fundamento filosófico a perspectiva de formação de um profissional integral, buscando consolidar a sua identidade a partir da síntese de múltiplas determinações e relações sociais, em um panorama que retrate as condições e competências de permanente atualização para reflexão e crítica do contexto em que se encontra inserido.

Nesta perspectiva a organização curricular do curso revela a formação proposta, para o desenvolvimento de competências e habilidades com o embasamento teórico-epistemológico pertinente à área das Ciências Agrárias, onde a realidade local deverá ser fonte de investigação e revisão de conhecimentos, reorientando o processo de ensino-aprendizagem, a partir de atividades que nascem neste contexto, mas que não se esgotam nele, expandindo-se para a inovação e produção de novos conhecimentos.

(...) O Curso busca capacitar profissionais para atuar de forma crítica e autônoma em organizações de qualquer natureza jurídica dentro de um contexto no qual o desenvolvimento sustentável ganha nuances que favoreçam soluções locais, face aos enfrentamentos das necessidades

da comunidade e, que sejam comprometidos com as dimensões humana, social, ecológica, econômica e política da sociedade (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA - UNEB, 2012, p. 18)

Quadro 05. Interface da Concepção e finalidade do PPC do curso de Agronomia da UNEB com a PNATER.

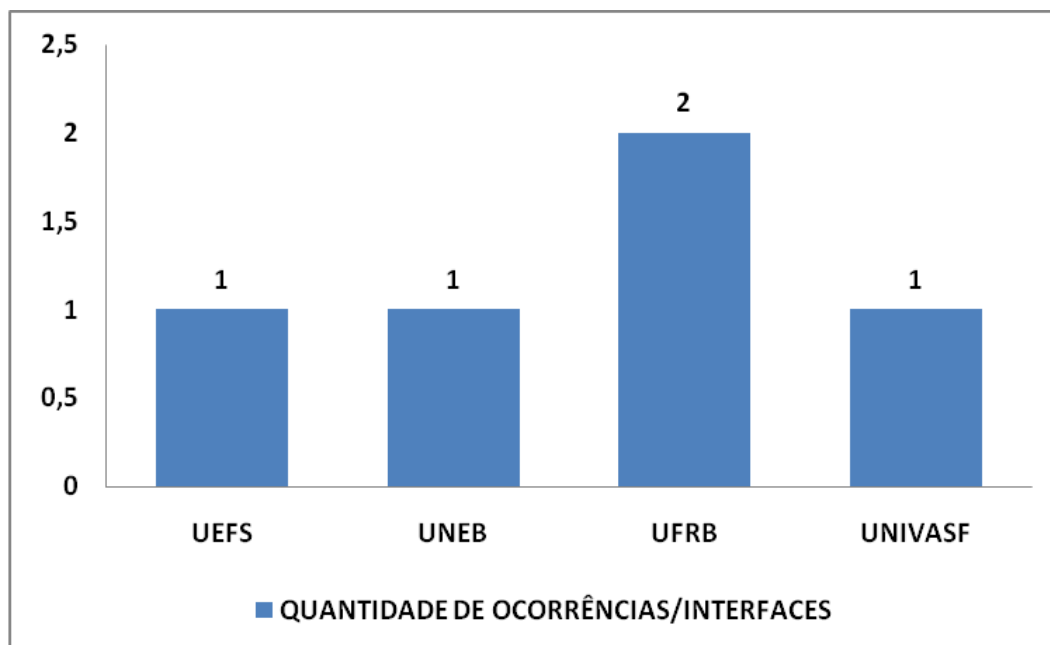
Princípios PNATER	Concepção e finalidade do PPP UNEB
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNATER	Não há um Princípio que faça referência direta.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não há um Princípio que faça referência direta.
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	Não há um Princípio que faça referência direta.
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não há um Princípio que faça referência direta.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não há um Princípio que faça referência direta.

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônoma da UNEB (2012) e da Lei 12.188/2010.

De acordo com a análise do PPC do curso de Engenharia Agrônoma da UNEB há uma interface com a PNATER no Princípio 1: **Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.**

Conforme descrito no Quadro acima, não foi identificada interface dos **Princípios da PNATER: 2, 3, 4, 5 e 6** nos Princípios do Projeto Pedagógico curso de Engenharia Agrônoma da UNEB.

Figura 02. Ocorrência dos Princípios da PNATER nos Princípios dos Projetos Pedagógicos das Universidades.



Fonte: Elaboração Própria (2018).

Na análise dos Princípios dos Projetos Pedagógicos, dos cursos pesquisados, ficou evidente uma baixa interação com os Princípios da PNATER. Sendo que dos 06 princípios da PNATER apenas o Princípio 01 da PNATER: **Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;** teve interação com os Princípios de todos os Projetos pedagógicos dos cursos pesquisados. Esse princípio conforme tratado, no início desse capítulo, está textualmente descrito na Resolução Nº 1, de 2 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Educação do MEC, que institui as diretrizes curriculares dos cursos de Engenharia Agrônoma ou Agronomia e que por sua vez é a base conceitual para elaboração dos Projetos Pedagógicos das Instituições de ensino superior de Engenharia Agrônoma.

Os Princípios dos Projetos Pedagógicos da UNIVASF, UEFS e UNEB tiveram interface apenas com o Princípio 01. Sendo que os demais Princípios da PNATER (02, 03, 04, 05 e 06) não foram encontrados ao analisar os Princípios dos Projetos Pedagógicos da UNIVASF, UEFS e UNEB.

Nos Princípios do Projeto pedagógico da UFRB foi identificada a interface com 02 Princípios, dos 06 dispostos na PNATER, Princípio 01 **Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;** e Princípio 04: **Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque**

preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; Ao passo que, não foi identificada interface com os princípios 02, 03, 05 e 06 da PNATER. Embora, ainda considerada baixa, a interação dos Princípios do Projeto Pedagógico do curso de Agronomia da UFRB, com os Princípios da PNATER, foi maior que os demais cursos avaliados, conforme figura acima.

5.2 PERFIL DO EGRESSO DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E SUA INTERFACE COM OS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E PÚBLICO BENEFICIÁRIO DA PNATER

Nessa sessão realiza-se a análise dos dados obtidos a partir do projeto pedagógico, especificamente no item “Perfil do Egresso” com o intuito de identificar a interação com os Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER.

Sobre o Perfil do Egresso as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia Agrônômica orientam a seguinte formação:

Art. 5º O curso de Engenharia Agrônômica deve ensejar como perfil:

I - sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia;

II - capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus **aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;**

III - compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, **grupos sociais e comunidade**, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como **utilização racional dos recursos disponíveis**, além da conservação do **equilíbrio do ambiente;** e

IV - capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.

Art. 6º O curso de Engenharia Agrônômica ou Agronomia deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

a) projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do **agronegócio**, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;

b) realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de **tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;**

- c) atuar na organização e gerenciamento empresarial e **comunitário** interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;
- d) produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;
- e) participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do **agronegócio**;
- f) exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;
- g) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes. (RESOLUÇÃO Nº 1, de 2 DE FEVEREIRO DE 2006, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, p. 2, grifos nossos).

Conforme observado no fragmento de texto acima, o artigo 5º estimula e possibilita um perfil de egresso que permite e se aproxima das diretrizes da PNATER. Entretanto no artigo 6º, que aprofunda no detalhamento do perfil desejado, é possível identificar a clara menção direta ao agronegócio e nenhuma menção a agricultura familiar, assentados de reforma agrária ou povos e comunidades tradicionais. Todavia, no artigo 6º, não foi identificada nenhum impedimento para que se pudesse construir, nos projetos pedagógicos, um perfil de egresso próximo a PNATER.

5.2.1 UNIVASF

Para identificar a interação do Perfil do Egresso da UNIVASF com os Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER foi avaliado esse item no seu Projeto pedagógico.

Perfil do Egresso do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF:

O Curso de Engenharia Agrônômica deverá conferir uma formação profissional cujos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sejam apropriados e aplicados de maneira segura e responsável, observando os pressupostos da **sustentabilidade social, econômica e ambiental** que vem norteando as diretrizes do desenvolvimento das nações.

O Egresso do curso de Engenharia Agrônômica formado pela UNIVASF terá um perfil generalista com competência e capacidade técnica, científica e cultural para atuar no **manejo sustentável dos recursos naturais renováveis**, voltado à produção agropecuária, e bem como à sua transformação e comercialização, assistência técnica e gerenciamento dos setores ligados à cadeia produtiva agroindustrial. Deverá ainda ser capaz de atuar:

Na produção e controle da sanidade e da qualidade de alimentos e outros produtos; no desenvolvimento de novas variedades e tecnologias produtivas; na organização do espaço rural e promoção

da **gestão ambiental**; na coordenação e supervisão de equipes de trabalho; na realização de consultorias, estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental; na execução e fiscalização de obras e serviços técnicos; efetuar vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres técnicos. Na execução de suas atividades o Egresso deverá considerar os aspectos referentes à ética, à segurança, à legislação e aos **impactos ambientais**.

De modo geral a formação profissional do curso deverá capacitar os Egressos para desenvolverem suas atividades profissionais tanto no setor privado quanto no setor público, em empresas agrícolas privadas, Órgãos públicos da administração direta e indireta (empresas, autarquias, institutos), empresas individuais e em propriedades rurais. Nesses locais poderá atuar **gerenciando, projetando, coordenando, supervisionando, implantando projetos de produção e de comercialização agropecuária** e gestão do agronegócio, realizando consultorias, laudos, perícias, certificações e fiscalização. Poderá ainda gerenciar o próprio negócio ou na defesa sanitária, na perícia e na fiscalização de postos, de aeroportos e de fronteiras, **bem como na extensão rural (como agente de desenvolvimento rural)** e ainda como docente e ou pesquisador.

(...) Assim, o perfil do Engenheiro Agrônomo deve estar baseado no conjunto das habilidades e competências necessárias para o exercício profissional, antevendo e acompanhando os permanentes desafios decorrentes de mudanças tecnológicas e das relações humanas, incorporando princípios morais e éticos que valorizem a melhoria da qualidade de vida da sociedade (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA - UNIVASF, 2013, p. 101, grifos nossos).

Quadro 06. Interface dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UNIVASF

Princípios da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UNIVASF
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER	Não foi identificada referência direta.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não foi identificada referência direta.
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	Não foi identificada referência direta.
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não foi identificada referência direta.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não foi identificada referência direta.
Objetivos da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UNIVASF
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	X
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	Não foi identificada referência direta.
9. Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	X
10. Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	X
11. Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	X
12. Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;	X
13. Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	Não foi identificada referência direta.
14. Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;	Não foi identificada referência direta.
15. Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional;	Não foi identificada referência direta.
16. Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração	Não foi identificada referência direta.
17. Promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	Não foi identificada referência direta.
18. Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à	Não foi identificada referência direta.

realidade do meio rural brasileiro.	
Público Beneficiário da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UNIVASF
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	Não foi identificada referência direta.
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	Não foi identificada referência direta.

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF (2013) e da Lei 12.188/2010.

Conforme detalhado no Quadro acima observou-se interface do Perfil do Egresso da UNIVASF com a PNATER nos seguintes pontos:

No item **Princípios da PNATER**,

Identificou-se interface o Tema 01. Desse modo dos 06 Princípios da PNATER houve interface com perfil do Egresso da UNIVASF em apenas 01 Princípio da PNATER.

No item **Objetivos da PNATER**, Identificou-se interação com 05 Temas a citar: os temas 7, 9, 10, 11 e 12. No total 07 Objetivos da PNATER não são encontrados na descrição do perfil do egresso da UNIVASF.

No item **Público beneficiário da PNATER** não teve nenhum tema com ocorrência no Perfil do Egresso do PPP da UNIVASF, assim como todos os demais temas da PNATER que não foram citados e encontram-se no Quadro acima.

5.2.2 UFRB

O Perfil do Egresso do curso de engenharia Agrônômica da UFRB, está descrito no seu Projeto Pedagógico da seguinte forma:

O(a) Engenheiro(a) Agrônomo(a) deverá ser um(a) profissional com formação generalista, técnico-científica, com visão crítica e reflexiva. Deverá ser capaz de se adaptar, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações e propor a resolução de problemas, considerando seus aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Deverá ter condições de reconhecer as especificidades regionais e locais, relacionadas a sua área de atuação, contextualizá-las e

correlacioná-las ao contexto nacional e mundial da produção de alimentos, atuando como agente de mudança na gerência de sistemas produtivos, de forma inovadora e pautada nos princípios da justiça e da ética profissional.

Deverá articular teoria e prática, mobilizando-as de maneira eficiente e eficaz para atender funções de natureza estratégica, tecnológica, ambiental e de **sustentabilidade requeridas nos processos de produção de alimentos**, demonstrando assim sua formação intelectual, cultural, crítica, criativa, reflexiva e transformadora (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA - UFRB, 2009, p. 10, grifos nossos).

Quadro 07. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UFRB.

Princípios da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UFRB
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER	Não foi identificada referência direta.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não foi identificada referência direta.
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	X
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não foi identificada referência direta.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não foi identificada referência direta.
Objetivos da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UFRB
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	X
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	X
9. Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	Não foi identificada referência direta.
10. Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	Não foi identificada referência direta.
11. Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	Não foi identificada referência direta.
12. Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;	X
13. Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	Não foi identificada referência direta.
14. Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;	Não foi identificada referência direta.
15. Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado	Não foi identificada referência direta.

produtivo nacional;	
16. Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração	Não foi identificada referência direta.
17. Promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	Não foi identificada referência direta.
18. Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.	Não foi identificada referência direta.
Público Beneficiário da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UFRB
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	Não foi identificada referência direta.
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	Não foi identificada referência direta.

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UFRB (2009) e da Lei 12.188/2010.

Conforme detalhado no Quadro acima observou-se interface do Perfil do Egresso da UFRB com a PNATER nos seguintes pontos:

no item **Princípios da PNATER**,

Identificou-se interface com os Temas 01 e 04. Desse modo dos 06 Princípios da PNATER houve interface com perfil do Egresso da UFRB apenas 02 Princípios da PNATER.

no item **Objetivos da PNATER**,

Identificou-se interação com 03 Temas a citar: os temas 7, 8 e 12. No total 09 Objetivos da PNATER não são encontrados na descrição do perfil do egresso da UFRB.

No item **Público beneficiário da PNATER**,

Não foi identificada nenhuma interface com o Perfil do Egresso do PPP da UFRB, assim como todos os demais temas da PNATER que não foram citados e encontram-se no Quadro acima.

5.2.3 UEFS

De acordo com o PPC da UEFS, o Perfil do Egresso do Curso de Engenharia Agrônômica é o seguinte:

O profissional formado deverá ser capaz de compreender a diversidade e necessidades sociais do meio rural, propor ações

que catalisem transformações das atividades agropecuárias que se desdobram no campo e na **cidade e promover melhorias na qualidade de vida do homem rural**. Além de garantir o pleno exercício das atribuições legais previstas na Resolução nº 218/73-CONFEA (Campo de Atuação).

O curso de Agronomia tem como objetivo a formação de profissionais com embasamento técnico, humano, político e metodológico adequado para que atuem na área da agronomia e da **agroecologia em unidades familiares, comunidades, associações, cooperativas** e esfera pública. Apto a planejar, executar, avaliar e aperfeiçoar a atividade agropecuária. Fundamentado cientificamente, o profissional engenheiro agrônomo deverá interpretar, equacionar e programar todas as ações relacionadas a essa atividade, bem como seus reflexos no bem-estar do homem e no **equilíbrio do meio ambiente**.

O curso objetiva a formação de profissionais que não apenas atendam às demandas sócio-profissionais da sociedade brasileira, mas que seja caudatário de valores que estão na base da construção de uma sociedade democrática e mais justa. Como tal, deverá atuar tendo como horizonte maior a **preservação da biodiversidade e da cultura regional, buscando a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das famílias das zonas rurais do semi-árido nordestino**. Este profissional deve estar apto a produzir e divulgar novos conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos, bem como empreender formas diversificadas de atuação profissional, atuando multidisciplinarmente e rompendo barreiras que isolam o saber profissional (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA - UEFS, 2010, p. 11, grifos nossos).

Quadro 08. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UEFS.

Princípios da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UEFS
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER	Não foi identificada referência direta.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não foi identificada referência direta.
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	X
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não foi identificada referência direta.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não foi identificada referência direta.
Objetivos da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UEFS
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	X
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	X
9. Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	Não foi identificada referência direta.
10. Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	X
11. Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	Não foi identificada referência direta.
12. Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;	X
13. Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	X
14. Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;	Não foi identificada referência direta.
15. Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional;	X
16. Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração	Não foi identificada referência direta.
17. Promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	Não foi identificada referência direta.
18. Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.	Não foi identificada referência direta.

Público Beneficiário da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UEFS
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	Não foi identificada referência direta.
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	X

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UEFS (2010) e da Lei 12.188/2010.

Conforme detalhado no Quadro acima observou-se interface do Perfil do Egresso da UEFS com a PNATER nos seguintes pontos:

no item **Princípios da PNATER**,

Identificou-se interface com os Temas 01 e 04. Desse modo dos 06 Princípios da PNATER houve interface com perfil do Egresso da UEFS apenas 02 Princípios da PNATER.

no item **Objetivos da PNATER**,

Identificou-se interface com 06 Temas a citar: os temas 7, 8, 10, 12, 13 e 15. No total 06 Objetivos da PNATER não são encontrados na descrição do perfil do egresso da UEFS.

No item **Público beneficiário da PNATER**,

Identificou-se interface com o Tema 19.

5.2.4 UNEB

O projeto PPC da Engenharia Agrônômica da UNEB prevê o Egresso com o seguinte Perfil:

A formação proposta pelo Curso de Engenharia Agrônômica - Bacharelado do DTCS III tem caráter generalista, humanista, científico e ético. É uma formação crítica e reflexiva, que possibilita ao egresso compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e **comunidades**, em relação às especificidades da área, bem como a **utilização racional dos recursos disponíveis e a conservação e equilíbrio do ambiente**.

O engenheiro agrônomo formado pelo DTCS III deverá dominar com competência e eficiência a aplicação das tecnologias, sobretudo as de baixo custo e **mínima dependência de insumos externos**, de modo que os **pequenos agricultores possam ter oportunidade de adotar tecnologias mais produtivas**. Deverá, ainda, atuar na

promoção do **cooperativismo e outras formas solidárias e associativas** de solucionar problemas, com criatividade, mas também com o conhecimento de soluções convencionais para problemas desconhecidos ou emergentes.

Enfim, este profissional é formado para a vivência em ambientes complexos, nos quais o conhecimento integrado é fundamental para a tomada de decisões, podendo atuar em diferentes áreas, como no atendimento às necessidades dos **pequenos**, médios e grandes produtores, em atividades **de planejamento, ensino, pesquisa e produção**, nos setores públicos e privados, integrando equipes e ampliando a comunicação a partir de pressupostos dialógicos e dimensões éticas com **responsabilidade social e ambiental** (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA - UNEB, 2012, p. 19, grifos nossos).

Quadro 09. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER no Perfil do Egresso do curso de Agronomia da UNEB.

Princípios da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UNEB
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	X
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; PNTAER	Não foi identificada referência direta
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	Não foi identificada referência direta
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	X
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	Não foi identificada referência direta
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Não foi identificada referência direta
Objetivos da PNATER	Presença no Perfil do Egresso UNEB
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	X
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	X
9. Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	X
10. Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	Não foi identificada referência direta
11. Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	Não foi identificada referência direta
12. Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;	X
13. Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	Não foi identificada referência direta
14. Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua	Não foi identificada referência direta

produção;	
15. Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional;	X
16. Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração	X
17. Promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	Não foi identificada referência direta
18. Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.	Não foi identificada referência direta
Público Beneficiário	Presença no Perfil do Egresso UNEB
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	Não foi identificada referência direta
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	X

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNEB (2012) e da Lei 12.188/2010.

Conforme detalhado no Quadro acima observou-se interface do Perfil do Egresso da UNEB com a PNATER nos seguintes pontos:

no item **Princípios da PNATER**,

Identificou-se interface com os Temas 01 e 04. Desse modo dos 06 Princípios da PNATER houve interface com perfil do Egresso da UNEB apenas 02 Princípios da PNATER.

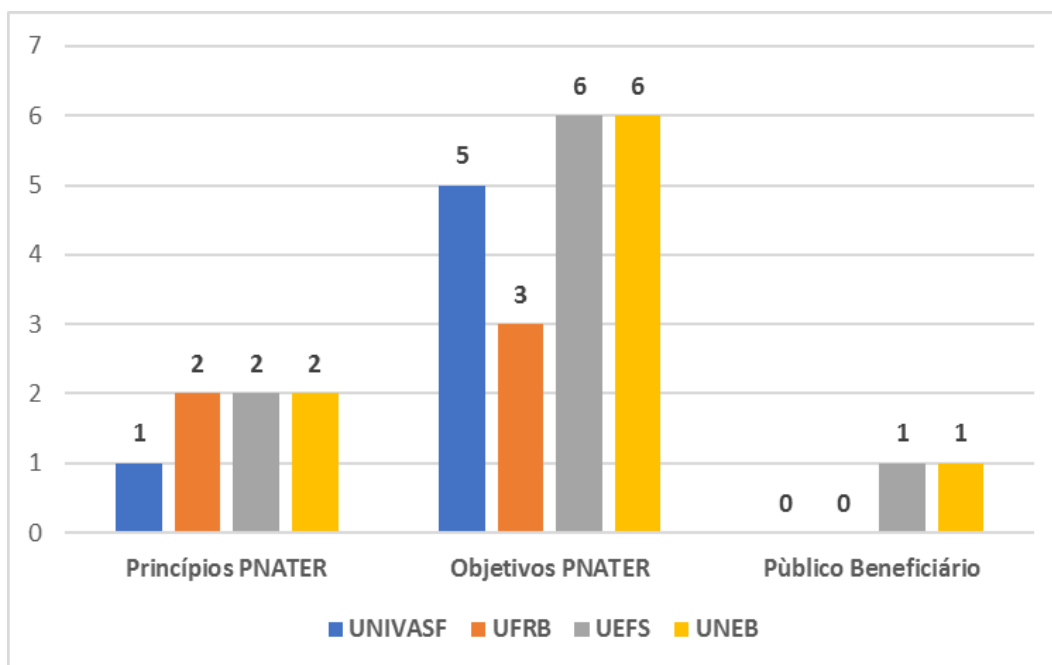
no item **Objetivos da PNATER**,

Identificou-se interface com 06 Temas a citar: os temas 7, 8, 9, 12, 15 e 16. No total 06 Objetivos da PNATER não são encontrados na descrição do perfil do egresso da UNEB.

No item **Público beneficiário da PNATER**,

Identificou-se interface com o Tema 20.

Figura 3. Interface estratificada do Perfil do Egresso com os Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER



Fonte: Elaboração Própria (2008)

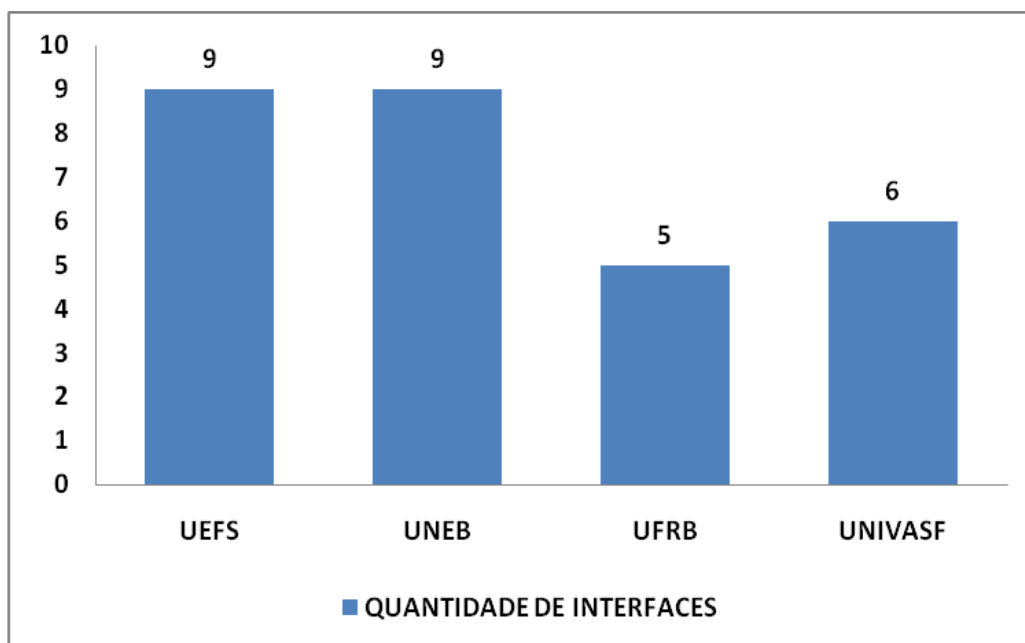
A figura acima estratifica os resultados da interface do Perfil do Egresso de cada Universidade por Item da PNATER (Princípios, Objetivos e Público Beneficiário).

No item Princípios da PNATER, em linhas gerais observou-se uma baixa interação de todas as universidades pesquisadas. Observa-se uma baixa interface da UNIVASF com interação com apenas 01 dos 06 Princípios da PNATER. Os PPC da UFRB, UEFS e UNEB tem um desempenho levemente superior com 02 interações com os Princípios da PNATER, mas ainda considerado baixo.

No item Objetivos da PNATER, novamente a UEFS e a UNEB têm o maior número de interfaces, interagindo com 06 dos 12 objetivos da PNATER, a partir do perfil do egresso. A UNIVASF com 05 interações vem logo em seguida e com apenas 03 interações, logo depois vem a UFRB.

No item Público Beneficiário, A UNEB e a UEFS tratam de alguma maneira no Perfil do Egresso. Não foram encontradas interações do Perfil do egresso da UNIVASF e da UFRB com este item.

Figura 4. Interface do Perfil do Egresso com a PNATER (acumulado).



Fonte: Elaboração Própria (2008)

A figura acima destaca a elevada interface do Perfil do Egresso da UEFS e da UNEB com a PNATER. Na análise dos dados evidenciou-se que dos 20 temas da PNATER o Perfil do Egresso do curso de Engenharia Agrônômica da UEFS e da UNEB interagem com 09 temas. A UNIVASF vem logo em seguida com 06 interações com PNATER, seguida da UFRB com 05 interações.

5.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE ENGENHARIA AGRONÔMICA E SUA INTERFACE COM A PNATER

A materialização do conceito do projeto pedagógico de um curso se dá na sua organização curricular. Nesse sentido, conforme descrito na metodologia, o trabalho analisou a organização curricular dos cursos de Engenharia Agrônômica a partir da sua grade curricular, ementa das disciplinas e suas bibliografias.

Ao analisar as diretrizes curriculares nacionais sobre os conteúdos curriculares para os cursos de Engenharia Agrônômica ou Agronomia, de acordo com a Câmara Superior de Educação do MEC, encontramos as seguintes orientações:

Art. 7º Os conteúdos curriculares do curso de Engenharia Agrônômica ou Agronomia serão distribuídos em três núcleos de conteúdos, recomendando-se a interpenetrabilidade entre eles:

I - O núcleo de **conteúdos básicos** será composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Informática e Expressão Gráfica.

II - O núcleo de **conteúdos profissionais essenciais** será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e **agronegócio**, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias; Biotecnologia, Fisiologia Vegetal e Animal; Cartografia, Geoprocessamento e Georeferenciamento; Comunicação, Ética, Legislação, Extensão e Sociologia Rural; Construções Rurais, Paisagismo, Floricultura, Parques e Jardins; Economia, Administração Agroindustrial, **Política e Desenvolvimento Rural**; Energia, Máquinas, Mecanização Agrícola e Logística; Genética de Melhoramento, Manejo e Produção e Florestal. Zootecnia e Fitotecnia; Gestão Empresarial, Marketing e **Agronegócio**; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e **Gestão Ambiental**; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água, Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais; Tecnologia de Produção, Controle de Qualidade e Pós-Colheita de Produtos Agropecuários.

III - O núcleo de conteúdos **profissionais específicos** deverá ser inserido no **contexto do projeto pedagógico do curso**, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá **atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria**.

IV - Os núcleos de conteúdos poderão ser ministrados em diversas formas de organização, **observando o interesse do processo pedagógico** e a legislação vigente (RESOLUÇÃO Nº 1, de 2 DE FEVEREIRO DE 2006, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, p. 3, grifos nossos).

Conforme descrito no fragmento de texto acima, as diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que os conteúdos curriculares para os cursos de Engenharia Agrônômica ou Agronomia são divididos em núcleo de Conteúdos Básicos, Núcleo de Conteúdos Essenciais e Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos. Sendo que os conteúdos básicos como o nome diz trata-se da formação básica do estudante, não tendo margem para aprofundamentos e direcionamento, é mais fechado.

O Núcleo de Conteúdos Essenciais trata da formação geral do estudante, seria uma espécie de padronização dos conteúdos essenciais para todos os

cursos de Engenharia Agrônômica do Brasil. Analisando sua interface com a PNATER é possível identificar referências claras ao agronegócio e nenhuma referência a agricultura familiar, assentados de reforma agrária ou povos e comunidades tradicionais, que são o público beneficiário da PNATER, de acordo com a lei 12.188/2010. Entretanto identifica-se claras menções a temas sobre o desenvolvimento sustentável, que é item importante nos Princípios e Objetivos da PNATER.

No Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos as Diretrizes curriculares deixam livre para o projeto pedagógico direcionar o conteúdo para universidade expressar sua identidade e principalmente para se vincular as demandas regionais do modelo de desenvolvimento rural que a universidade se vincula, confirmando o que disse GOODSON (1997) que o currículo pode ser visto como veículo portador de prioridades sociais”.

A partir dessa contextualização sobre o que orientam as diretrizes curriculares nacionais, sobre os conteúdos curriculares para os cursos de Engenharia Agrônômica ou Agronomia, faremos uma análise individual, por cursos de Agronomia, a fim de avaliar sua interface com a PNATER.

5.3.1 UNIVASF

Quadro 10. Ocorrência dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER na Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF

Princípios PNATER	Disciplinas
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	- Ecologia Geral; - Agroecologia; - Sociologia Rural; - Extensão Rural; - Tópicos em Gestão Ambiental.
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;	- Não foram identificadas referências diretas.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e	- Extensão Rural;

a democratização da gestão da política pública;	
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	- Agroecologia;
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	- Não foram identificadas referências diretas.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	- Não foram identificadas referências diretas.
Objetivos PNATER	Disciplinas
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	- Agroecologia; - Sociologia Rural; - Extensão Rural; - Tópicos em Gestão Ambiental.
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	- Não foram identificadas referências diretas.
9. aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	- Não foram identificadas referências diretas.
10. promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	- Não foram identificadas referências diretas.
11. assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	- Não foram identificadas referências diretas.
12. desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;	- Não foram identificadas referências diretas.
13. construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	- Não foram identificadas referências diretas.
14. aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;	- Não foram identificadas referências diretas.
15. apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional;	- Não foram identificadas referências diretas.
16. promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração	- Não foram identificadas referências diretas.
17. promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	- Não foram identificadas referências diretas.
18. contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.	- Não foram identificadas referências diretas.
Público Beneficiário	Disciplinas
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	- Sociologia Rural
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	- Introdução a Engenharia Agrônômica

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF (2013) e da Lei 12.188/2010.

No item **Princípios da PNATER**, observou-se interface com o:

- Tema 01 *“Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente”* nas disciplinas de AGRO0014 Ecologia Geral, AGRO0026 Agroecologia, AGRO0044 Sociologia Rural, AGRO0047 Extensão Rural e AGRO0056 Tópicos em Gestão Ambiental. Os demais temas 02, 05 e 06 não foram encontrados presença nas disciplinas e ementas.
- Tema 03 *“Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública”* na disciplina AGRO0047 Extensão Rural.
- Tema 04 *“Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”* na disciplina AGRO0026 Agroecologia.

Não foram observados a ocorrência ou abordagem dos temas 02 “Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural”, 05 “Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” e 06 “Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional”.

No item **Objetivos da PNATER** foi identificada interface:

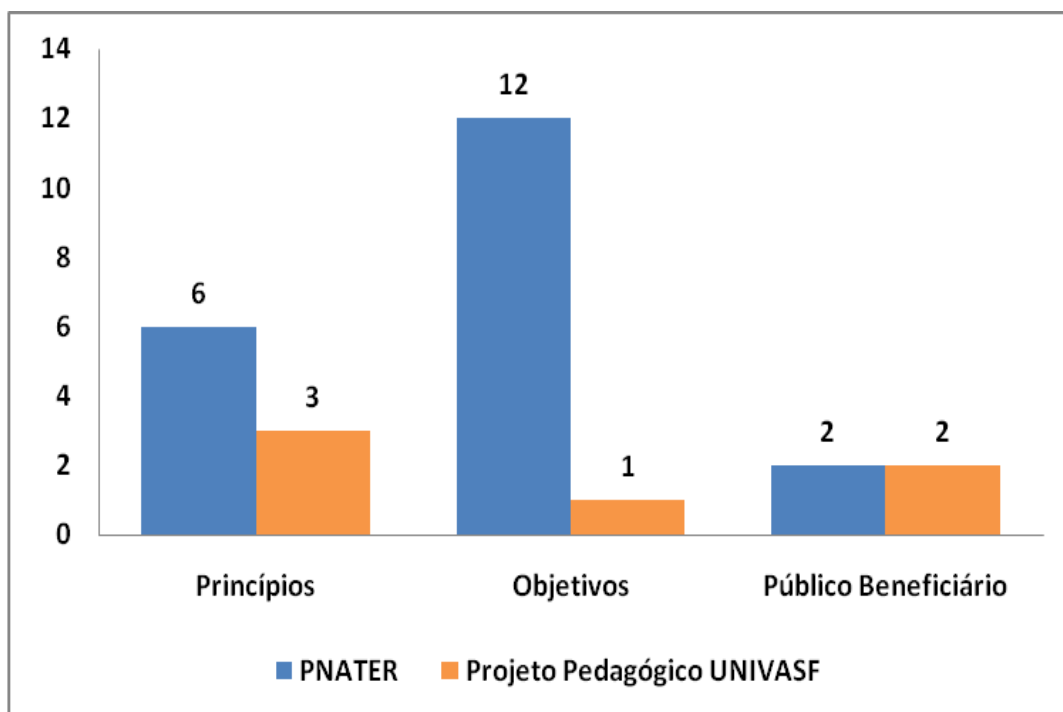
- Apenas com o Tema 07 *“Promover o desenvolvimento rural sustentável”* nas disciplinas de AGRO0014 Ecologia Geral, AGRO0026 Agroecologia, AGRO0044, Sociologia Rural, AGRO0047 Extensão Rural e AGRO0056 Tópicos em Gestão Ambiental. Os demais temas 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 não foram encontrados conteúdos correlatos nas disciplinas e ementas.

No item **Público Beneficiário da PNATER** foi identificada interface com o

- Tema 19 *“Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais”* nas disciplinas de AGRO0044 Sociologia Rural.
- Tema 20 *“Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.”* nas disciplinas de AGRO0029 Introdução a Engenharia Agrônômica.

Não foi observado, o tema dos povos e comunidades tradicionais, Fundos e Fechos de Pasto, na organização curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF.

Figura 5. Interface da Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF com a PNATER



Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF (2013) e da Lei 12.188/2010.

Conforme mostra a figura acima verifica-se que apenas sete disciplinas da organização curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF abordam em alguma intensidade seis temas, dos vinte, dispostos na PNATER. Sendo a menor incidência nos objetivos da PNATER, onde dos doze objetivos estabelecidos, apenas um, “Desenvolvimento Sustentável”, foi abordado e por 05 disciplinas. Os demais onze objetivos não foram identificados na organização curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF.

Desenvolvimento Sustentável é o Tema da PNATER mais abordado pela matriz curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF, um dos seis Princípios da PNATER, ele é abordado por 05 disciplinas. Coaduna com a nossa leitura de que as diretrizes curriculares deixam expressamente claro o desenvolvimento Sustentável como diretriz dos projetos pedagógicos dos cursos de Engenharia Agrônômica ou Agronomia.

Os dois temas que tratam do Público Beneficiário da PNATER são abordados de alguma maneira por 02 disciplinas. Dessa forma identificou-se uma baixa interface entre o Projeto Pedagógico da UNIVASF e a PNATER.

5.3.2 UFRB

Quadro 11. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER na organização curricular do curso de Agronomia da UFRB.

Princípios PNATER	Disciplinas
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	- Ecologia Geral; - Sociologia Rural; - Agroecologia; - Desenvolvimento de Comunidades; - Economia dos Recursos Naturais e dos Ecossistemas; Sustentabilidade Ambiental.
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;	- Não foram identificadas referências diretas.
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	- Extensão Rural; - Sociologia Rural; - Desenvolvimento de Comunidades;
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	- Agroecologia;
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	- Não foram identificadas referências diretas.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	- Não foram identificadas referências diretas.
Objetivos da PNATER	Disciplinas
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	- Ecologia Geral; - Sociologia Rural; - Agroecologia; - Desenvolvimento de Comunidades; - Economia dos Recursos Naturais e dos Ecossistemas; - Sustentabilidade Ambiental.
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	- Desenvolvimento de Comunidades;
9. aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	- Não foram identificadas referências diretas.
10. promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	- Não foram identificadas referências diretas.
11. assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	- Não foram identificadas referências diretas.
12. desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;	- Não foram identificadas referências diretas.
13. construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	- Não foram identificadas referências diretas.
14. aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;	- Não foram identificadas referências diretas.

15. apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional;	-Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas ; -Teoria Cooperativista I; -Teoria Cooperativista II.
16. promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração	- Não foram identificadas referências diretas.
17. promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	- Não foram identificadas referências diretas.
18. contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.	- Não foram identificadas referências diretas.
Público Beneficiário	Disciplinas
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	- Extensão Rural; - Sociologia Rural; - Desenvolvimento de Comunidades;
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	- Extensão Rural;

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônoma da UFRB (2009) e da Lei 12.188/2010.

No item **Princípios da PNATER**, observou-se interface com o:

- Tema 01 *“Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente”* nas disciplinas de CCA032 Ecologia Geral, CCA206 Agroecologia, CCA018 Sociologia Rural, CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades, CCA 056 – Economia dos Recursos Naturais e dos Ecossistemas.

Percebe-se uma satisfatória abordagem desse tema no conjunto de disciplinas do curso de agronomia da UFRB, de modo que o curso dialoga bastante com a temática do desenvolvimento sustentável.

- Tema 03 *“Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública”* nas

disciplinas CCA 006 - Extensão Rural, CCA 018 - Sociologia Rural e CCA 218 - Desenvolvimento de Comunidades.

Esse é um tema demasiadamente estratégico pois trata de um dos princípios da extensão rural que é a comunicação através da abordagem do extensionista. Nesse aspecto as metodologias participativas cumprem papel determinante para o êxito de um projeto de desenvolvimento. Nesse aspecto o curso de Engenharia agrônômica da UFRB destaca-se no oferecimento de 03 disciplinas que abordam de forma clara esse tema que está disposto nos princípios da PNATER.

- Tema 04 *“Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”* na disciplina AGRO0026 Agroecologia.

A presença da disciplina de agroecologia é uma novidade na organização curricular das universidades brasileiras e dialoga com esse novo momento do desenvolvimento em bases sustentáveis que compõe um dos princípios basilares da PNATER apontando para um novo modelo de desenvolvimento.

Na organização curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UFRB Não foram observados a ocorrência ou abordagem dos temas 02 *“Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural”*, 05 *“Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”* e 06 *“Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional”*.

No item **Objetivos da PNATER** foi identificada interface com o:

- Tema 07 *“Promover o desenvolvimento rural sustentável”* nas disciplinas de CCA032 Ecologia Geral, CCA206 Agroecologia, CCA018 Sociologia Rural, CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades, CCA 056 – Economia dos Recursos Naturais e dos Ecossistemas e CCA222 – Sustentabilidade Ambiental.

São no total de 05 disciplinas tratando da temática do desenvolvimento sustentável o que confere ao curso uma elevada aderência a este objetivo da PNATER.

- Tema 08 *“Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;”* na disciplina CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades.
- Tema 15 *“apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional”* nas disciplinas CCA219 – Teoria Cooperativista I, CCA220 – Teoria Cooperativista II e CCA221 – Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas.

A organização curricular aborda de forma completa a temática do cooperativismo e da economia solidária em 03 disciplinas que são continuidade na perspectiva do aprofundamento do tema que é um dos objetivos da PNATER. Nesse aspecto o curso de Engenharia Agrônoma da UFRB se destaca na abordagem do tema.

Os demais temas 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17 e 18 não foram encontradas de forma explícita conteúdos correlatos nas disciplinas e ementas.

No item **Público Beneficiário da PNATER** foi identificada interface com o

- Tema 19 *“Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais”* nas disciplinas CCA 006 - Extensão Rural, CCA 018 - Sociologia Rural, CCA 218– Desenvolvimento de Comunidades (optativa).

O estudo sobre a reforma agrária é bastante presente nas disciplinas de extensão rural e sociologia rural, é quase um padrão seguido por todas as universidades. Na UFRB foi acrescentado a disciplina de Desenvolvimento de comunidades que dialoga com os diversos tipos de comunidade, para além dos assentamentos de reforma agrária. Com isso percebe-se elevado interface entre Público Beneficiário da PNATER, no tema em questão, com a grade curricular do curso.

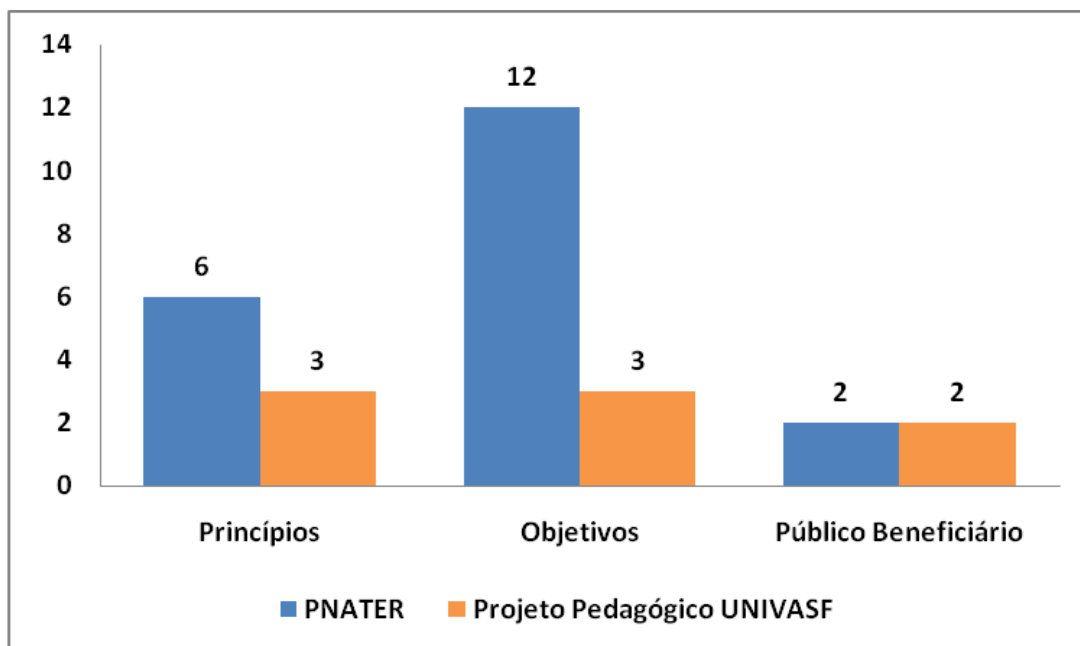
- Tema 20 “*Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.*” na disciplina CCA 006 - Extensão Rural.

Em linhas gerais a grade curricular do curso de Engenharia agrônoma da UFRB destaca-se na interface com a PNATER no tema do desenvolvimento sustentável, com 05 disciplinas dedicadas ao tema, repetindo uma tendência dos demais cursos analisados e das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Agronomia. O curso se destaca de forma muito positiva na abordagem dos temas das Metodologias Participativas, que são princípios da PNATER, com 3 disciplinas abordando o tema.

Outro destaque é a importância que dedica ao Cooperativismo, que é um dos objetivos da PNATER. Nesse tema a grade curricular dispõe de 3 disciplinas que aprofundam de forma continuada a temática.

Os dois temas que tratam do Público Beneficiário da PNATER são abordados de alguma maneira por 04 disciplinas.

Figura 6. Interface da Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UFRB com a PNATER



Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UFRB (2009) e da Lei 12.188/2010.

A interface dos projetos pedagógicos com a PNATER é observada através de oito disciplinas conforme figura acima. Nos princípios da PNATER foi verificada a interface com três deles. Foi identificada uma baixa interface com os objetivos da PNATER, com apenas três interfaces, dos doze objetivos, deixando nove objetivos sem nenhuma referência/ocorrência na organização curricular. Identificou-se ainda elevada interface com o público beneficiário da PNATER.

Conforme mostra a figura acima dos 20 temas da PNATER a organização curricular da UFRB apresenta interface com 08 temas. Dessa maneira doze temas da PNATER não foram identificados na organização curricular do curso de Agronomia da UFRB.

5.3.3 UEFS

Quadro 12. Ocorrência dos Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER na Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônoma da UEFS

Princípios PNATER	Disciplinas
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	- Introdução a Agricultura Familiar e Agroecologia; - Agroecologia; - Restauração ou recuperação de áreas degradadas;
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;	- Agricultura Familiar e Camponesa;
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	- Organização Comunitária;
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	- Introdução a Agricultura Familiar e Agroecologia; - Agroecologia;
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	- Não foram identificadas referências diretas.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	- Não foram identificadas referências diretas.
Objetivos PNATER	Disciplinas
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	- Introdução a Agricultura Familiar e Agroecologia; - Agroecologia;
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	- Tecnologias Apropriadas à agricultura Familiar; - Organização Comunitária;
9. aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	- Agroecologia; - Tecnologias Apropriadas à agricultura Familiar
10. promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	- Não foram identificadas referências diretas.
11. assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	- Comercialização e Economia Solidária; - Associativismo e Cooperativismo; - Tecnologias Apropriadas à agricultura Familiar;
12. desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;	- Agroecologia; - Restauração ou recuperação de áreas degradadas;
13. construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	- Introdução a Agricultura Familiar e Agroecologia; - Agroecologia;
14. aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;	- Tecnologias Apropriadas à agricultura Familiar; - Comercialização e Economia Solidária; - Associativismo e Cooperativismo;
15. apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional;	- Comercialização e Economia Solidária; - Associativismo e Cooperativismo;
16. promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao	- Tecnologias Apropriadas à agricultura Familiar; - Extensão e Comunicação

público beneficiário e a integração	Rural
17. promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	- Comunidade Aprendente I - Comunidade Aprendente II - Comunidade Aprendente III
18. contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.	- Extensão e Comunicação Rural - Educação no campo I
Público Beneficiário	Disciplinas
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	- Organização Comunitária; - Introdução à Sociologia Rural; - População e conhecimentos tradicionais
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	- Introdução a Agricultura Familiar e Agroecologia; - Organização Comunitária; - Agricultura Familiar e Camponesa.

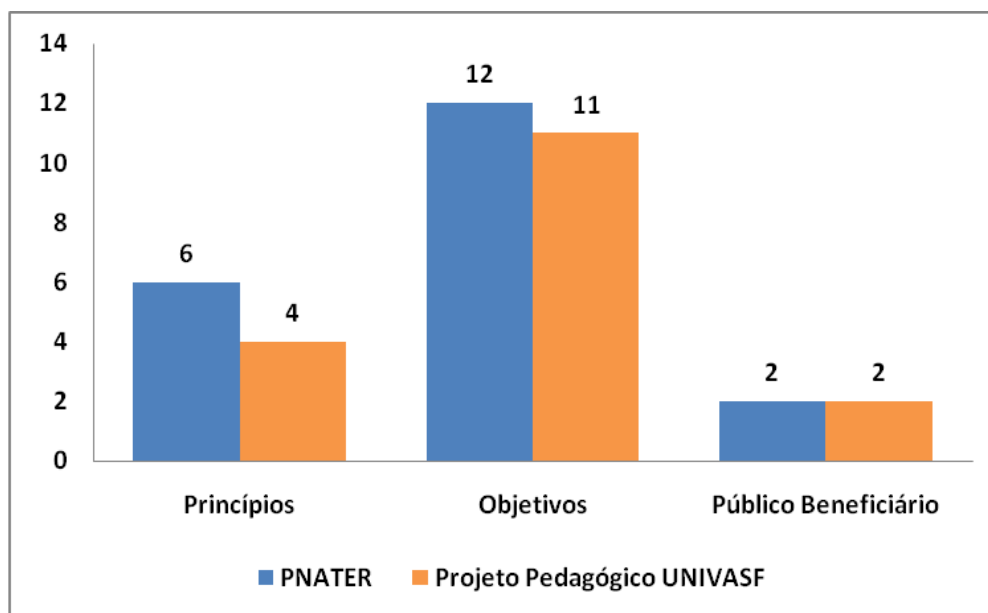
Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônoma da UEFS (2010) e da Lei 12.188/2010.

Cumprir destacar a presença de disciplinas estruturantes para formação do engenheiro agrônomo pautadas na PNATER e que é possível observar de forma clara na organização curricular da UEFS. Disciplinas como: **Introdução a Agricultura Familiar e Agroecologia; Agroecologia; “Organização Comunitária; Tecnologias Apropriadas à agricultura Familiar; Comercialização e Economia Solidária; Associativismo e Cooperativismo” e População e conhecimentos tradicionais** são novidades muito positivas na matriz curricular do ensino superior das ciências agrárias da Bahia e dão o tom da proposta pedagógica e do modelo de desenvolvimento pautado na agricultura familiar e na agroecologia.

A presença dessas disciplinas nessa quantidade e com esse nível de especificidade não foram observadas nos demais projetos pedagógicos analisados.

O fato de se tratar de um curso novo que nasce numa universidade centrada no território Portal do sertão, esta tem uma relação intrínseca com o semiárido e os movimentos sociais ali inseridos. Esse contexto é facilmente percebido no projeto pedagógico com disciplinas que tratam de temas estratégicos da PNATER.

Figura 7. Interface da Organização Curricular do curso de Agronomia da UEFS com a PNATER



Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UEFS (2010) e da Lei 12.188/2010.

A organização curricular do curso de agronomia da UEFS interage com quase todos os temas da PNATER dispostos nos Princípios, Objetivos e público beneficiário.

Dos seis princípios da PNATER apenas dois não foram encontrados na ementa das disciplinas da UEFS. Não foram observados os temas da “segurança alimentar” e “equidade das relações de gênero, geração, raça e etnia”.

Dos doze Objetivos da PNATER, nove são abordados pelas disciplinas da organização curricular, conforme Quadro acima demonstra. Da mesma maneira o Público Beneficiário na PNATER foi satisfatoriamente abordado por 05 disciplinas específicas para o tema, conforme pode ser observado no Quadro acima.

Dessa forma a organização curricular do curso de Agronomia da UEFS possui uma elevada interface com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural nos itens pesquisados, com 23 disciplinas, tratando de 17 temas dos 20 definidos pela PNATER.

5.3.4 UNEB

Quadro 13. Ocorrência dos princípios, objetivos e público beneficiário da PNATER na organização curricular do curso de Agronomia da UNEB.

Princípios PNATER	Disciplinas
1. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;	- Ecologia; - Manejo e Conservação do Solo e da Água; - Convivência com o semiárido; - Agroecologia; - Extensão Rural; - Gestão Ambiental; - Conservação da Biodiversidade; - Desenvolvimento e Ruralidades;
2. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;	- Extensão Rural;
3. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;	- Extensão Rural;
4. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;	- Agroecologia;
5. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;	- Não foram identificadas referências diretas.
6. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	- Não foram identificadas referências diretas.
Objetivos PNATER	Disciplinas
7. Promover o desenvolvimento rural sustentável;	- Convivência com o semiárido; - Antropologia e Sociologia Rural; - Convivência com o semiárido; - Agroecologia; - Extensão Rural; - Gestão Ambiental; - Conservação da Biodiversidade; - Desenvolvimento e Ruralidades;
8. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;	- Convivência com o semiárido;
9. aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;	- Não foram identificadas referências diretas.
10. promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	- Não foram identificadas referências diretas.
11. assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;	- Não foram identificadas referências diretas.
12. desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da	- Convivência com o semiárido; - Manejo e Conservação do Solo e da Água;

biodiversidade;	- Convivência com o semiárido; - Agroecologia; - Conservação da Biodiversidade;
13. construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;	- Não foram identificadas referências diretas.
14. aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;	- Não foram identificadas referências diretas.
15. apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional;	- Antropologia e Sociologia Rural; - Extensão Rural;
16. promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração	- Extensão Rural;
17. promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico;	- Extensão Rural;
18. contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.	- Não foram identificadas referências diretas.
Objetivos PNATER	Disciplinas
19. Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais;	- Antropologia e Sociologia Rural; - Extensão Rural; - Direito Agrário;
20. Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.	- Antropologia e Sociologia Rural; - Extensão Rural; - Desenvolvimento e Ruralidades;

Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNEB (2012) e da Lei 12.188/2010.

No item **Princípios da PNATER**, observou-se interface com o:

- Tema 01 *“Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente”* em 08 disciplinas oferecidas na grade curricular, a citar: Ecologia – BIO024, Manejo e Conservação do Solo e da Água – AGR040, Convivência com o Semiárido, Agroecologia, Desenvolvimento e Ruralidades, Extensão Rural – AGR077, Gestão Ambiental e na disciplina Conservação da Biodiversidade.

Assim como nos demais cursos analisados, o curso de Agronomia da UNEB oferece uma importante diversidade de disciplinas que tratam da temática do Desenvolvimento Sustentável. O que confere uma elevada interface com esse importante princípio da PNATER.

Ressalta-se de forma muito positiva a presença da disciplina de Convivência com o Semiárido sendo ofertada na formação dos estudantes de agronomia de uma universidade tradicional sediada em Juazeiro-BA e que seguindo as ideias de Darcy Ribeiro precisa ser uma “*universidade necessária*” que produza conhecimentos que respondam a demandas do contexto onde ela está inserida. De modo que essa disciplina possui elevada interface com o tema desenvolvimento sustentável e de forma mais eficiente ela dialoga com o clima da seca e o bioma caatinga. Com isso ela se destaca na nossa pesquisa como uma das disciplinas que está completamente inserida no contexto da PNATER. A mesma avaliação serve para a disciplina de agroecologia.

- O Tema 02 “*Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural*” é abordado de forma clara na disciplina de Extensão Rural - AGR077.

A ementa da disciplina, assim como sua bibliografia, utiliza a lei 12188/2010, Lei de Ater, como conteúdo estratégico da disciplina. Colocando a disciplina de Extensão Rural completamente alinhada com a PNATER.

- Tema 03 “*Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública*” é ofertado pela disciplina de Extensão Rural - AGR077.

A ementa da disciplina, assim como a bibliografia utilizada traz materiais como o livro extensão ou comunicação de Paulo Freire que é uma referência na área de conhecimento e técnica onde o agricultor participe do processo no nível de protagonismo. Além de produção da EMBRAPA que trata de *Metodologias de experimentação com os agricultores*. O conteúdo programático do curso aborda ainda temas como o diagnóstico rápido participativo e suas ferramentas como

mapas, dinâmicas e outros. Tudo isso abordado dentro de uma disciplina de Extensão Rural.

- Tema 04 *“Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”* na disciplina Agroecologia. Seguindo a tendência dos demais cursos de Agronomia a UNEB Juazeiro implementa nessa reforma curricular a disciplina de agroecologia dialogando diretamente com o Tema 4 que é um dos princípios mais estruturantes da PNATER.

Na organização curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNEB Não foram observados a ocorrência ou abordagem dos temas 05 *“Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”* e 06 *“Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional”*.

No item **Objetivos da PNATER** foi identificada interface com o:

- Tema 07 *“Promover o desenvolvimento rural sustentável”* nas disciplinas Ecologia – BIO024, Manejo e Conservação do Solo e da Água – AGR040, Convivência com o Semiárido, Agroecologia, Desenvolvimento e Ruralidades, Extensão Rural – AGR077, Gestão Ambiental e na disciplina Conservação da Biodiversidade.

São no total de 08 disciplinas tratando da temática do desenvolvimento sustentável o que confere ao curso uma elevada aderência a este objetivo da PNATER. Além das disciplinas de Convivência com o semiárido, e Agroecologia, já abordadas nos tópicos anteriores. Observa-se de forma muito positiva a presença da disciplina de Desenvolvimento e Ruralidades que aborda a construção da política territorial que visa um novo modo de gestão das políticas públicas a partir da participação da sociedade e da identidade de um povo. Essa disciplina confere importante interface com o tema 07 dos Objetivos da PNATER.

Destaca-se também a presença da disciplina de Conservação da biodiversidade com uma interface direta com o tema 7 dos objetivos da PNATER. A conservação da biodiversidade é elemento primordial na busca pelo

desenvolvimento sustentável e a disciplina certamente propiciará ao estudante uma formação numa área extremamente estratégica e sensível para o desenvolvimento.

- Tema 08 “*Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;*” na disciplina Convivência com o Semiárido.

A presença dessa disciplina na grade curricular da UNEB Juazeiro é um avanço importante na compreensão da maneira como se encara o desenvolvimento rural dentro da universidade. Nesse sentido a análise dos materiais evidenciou uma elevadíssima interface da disciplina de Convivência com o Semiárido com o tem 08 dos objetivos da PNATER, especialmente quando a disciplina se propõe tratar na sua ementa, conteúdo programático e bibliografia básica do tema “*tecnologias apropriadas para terras secas*”.

Ademais a ementa e bibliografia da disciplina tratam ainda da exploração comercial do umbuzeiro e do potencial forrageiro de plantas da caatinga, dialogando de forma clara e direta com potencialidades e vocações regionais através de uma disciplina ofertada na formação profissional de estudante de agronomia de uma região de clima semiárido e completamente inserido no bioma caatinga.

- Tema 15 “apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; deste ao mercado produtivo nacional” nas disciplinas Antropologia e Sociologia Rural – CIS074 e Extensão Rural – AGR077.

As disciplinas acima são tradicionais na abordagem do modelo de desenvolvimento e historicamente vem propondo um novo modelo de desenvolvimento baseado na cooperação. Na grade do curso de agronomia da UNEB o cooperativismo é abordado de forma clara, mas sucinta no conteúdo programático da disciplina de Antropologia e Sociologia Rural, o que é natural, uma vez que se trata de uma disciplina que tem o objetivo de refletir de forma mais geral os modelos de desenvolvimento.

O tema associativismo e cooperativismo é bem melhor aprofundado na disciplina de Extensão Rural e Comunicação que, conforme avaliado acima, coloca a PNATER e a Lei de Ater textualmente como elemento central da sua disciplina, através da sua ementa, conteúdo programático e bibliográfica. O resultado disso é uma interface absoluta com os objetivos da PNATER e nesse caso abordando de forma clara e direta a temática do cooperativismo e associativismo.

O Tema 16 *“promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração”* e Tema 17 *“promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico”* na disciplina de Extensão Rural e Comunicação – AGR077.

A disciplina de extensão rural e Comunicação aborda o Tema 16 e Tema 17 de forma clara na sua ementa e bibliografia através do material que trata Metodologias de experimentação com os agricultores, além de toda abordagem das metodologias participativas feitas na sua ementa e conteúdo programático.

- Os demais temas 09, 10, 11, 13, 14, e 18 não foram encontradas de forma explícita conteúdos correlatos nas disciplinas e ementas.

No item **Público Beneficiário da PNATER** foi identificada interface com o

- Tema 19 *“Assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais”* nas disciplinas Antropologia e Sociologia Rural – CIS074, Extensão Rural e Comunicação – AGR077 e Direito Agrário.

A disciplina de Antropologia e Sociologia Rural abordam a temática dos assentamentos rurais no seu conteúdo programático. A disciplina de Extensão rural e comunicação é mais clara e aprofunda melhor essa temática. A disciplina de Direito Agrário trata da questão técnica e jurídica do tema.

Todavia não foi observado, em nenhuma disciplina da grade curricular do curso de Agronomia da UNEB Juazeiro, o tema dos povos e comunidades tradicionais que povoam o território Sertão do São Francisco através do modo de

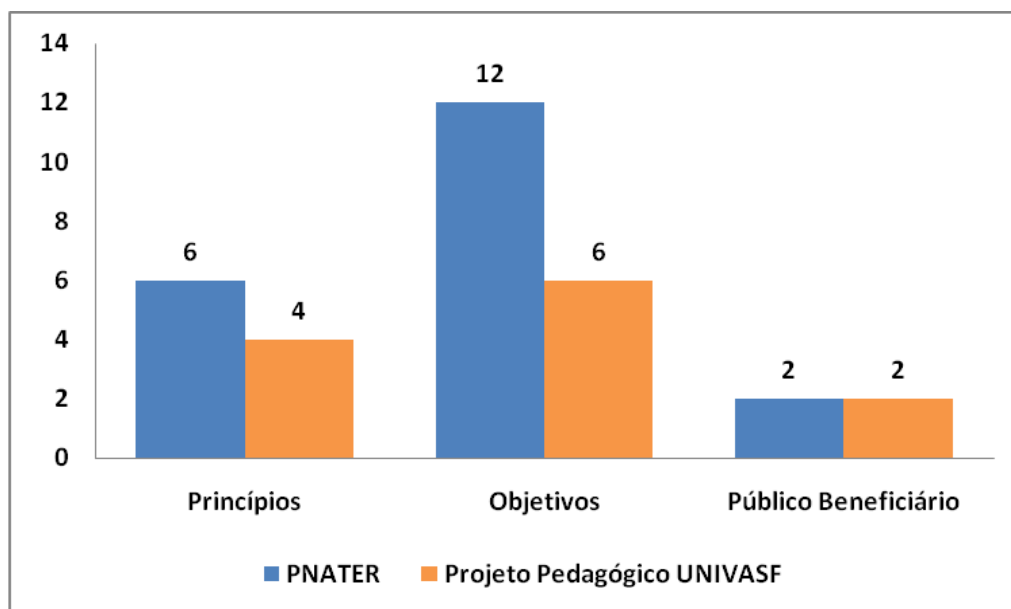
vida de uso coletivo da terra, que resiste as investidas do modelo de desenvolvimento rural excludente, os Fundos e Fechos de Pasto.

- Tema 20 “*Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.*” nas disciplinas Antropologia e Sociologia Rural – CIS074, Extensão Rural e Comunicação – AGR077 e Direito Agrário.

Os dois temas que tratam do Público Beneficiário da PNATER são abordados de alguma maneira por 03 disciplinas.

A disciplina de Extensão Rural e Comunicação é certamente uma das mais completas no que diz respeito a aderência a PNATER. Tal disciplina trata da temática da agricultura familiar, na sua ementa, conteúdo programático e bibliografia de forma destacada. Da mesma maneira é avaliada a Disciplina de Antropologia e Sociologia rural que também dialoga de maneira sólida com o Público Beneficiário da PNATER da maneira que se propõe a refletir as questões que tratam desse tema.

Figura 8. Interface da Organização Curricular do curso de Engenharia Agrônômica da UNEB com a PNATER

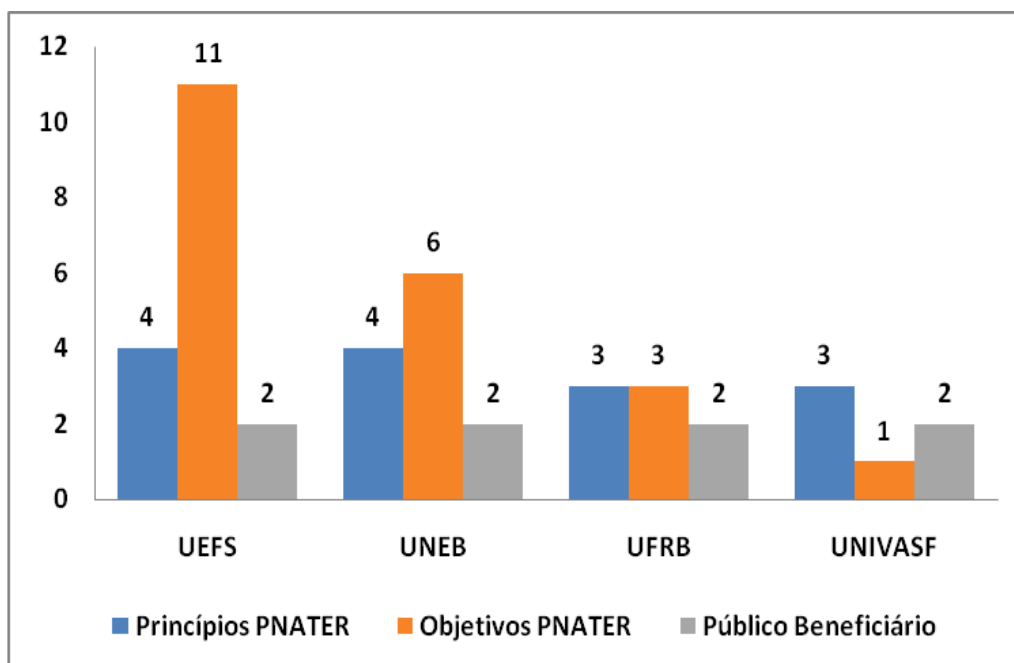


Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica da UNEB (2012) e da Lei 12.188/2010.

A organização curricular do curso de Agronomia da UNEB possui uma considerável interface com a PNATER, com doze disciplinas, tratando de doze temas, dos vinte definidos pela PNATER.

5.3.5 ANÁLISE GERAL COMPARATIVA DA INTERFACE DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS UNIVERSIDADES COM A PNATER.

Figura 9. Interface estratificada da Organização Curricular dos cursos de Engenharia Agrônômica com a PNATER.

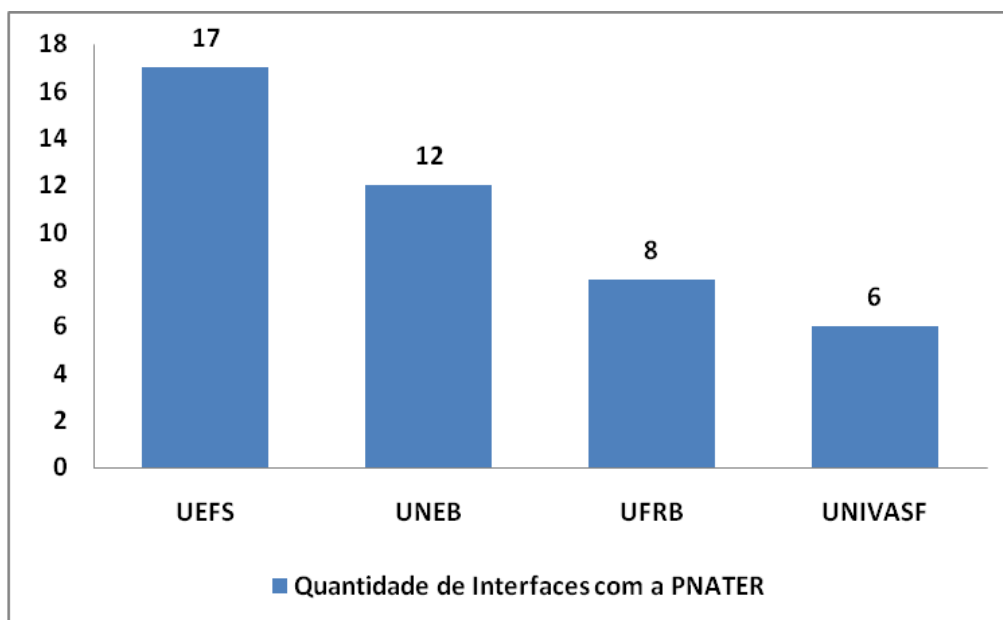


Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir dos Projetos Pedagógicos do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF (2012), UFRB (2009), UEFS (2010), UNEB (2012) e da Lei 12.188/2010.

Nos princípios da PNATER observam-se maiores interfaces nos Projetos Pedagógicos da UEFS e da UNEB, com quatro interfaces cada, seguidas pela UNIVASF e UFRB, com três interfaces, como mostra a figura acima. Considerando que a PNATER possui seis Princípios, identifica-se uma boa interface.

Dentre os doze Objetivos da PNATER a figura acima evidencia uma elevadíssima interface da UEFS, seguida da UNEB, com uma interação média. Logo em seguida a UFRB com uma baixa interface com os objetivos da PNATER e por último a UNIVASF, onde se identificou apenas uma interação. No quesito Público beneficiário, do ponto de vista numérico todas as universidades pesquisadas abordam de alguma maneira algum dos Públicos Beneficiários da PNATER.

Figura 10. Acumulado da Interface da Organização Curricular dos cursos de Engenharia Agrônômica com a PNATER.

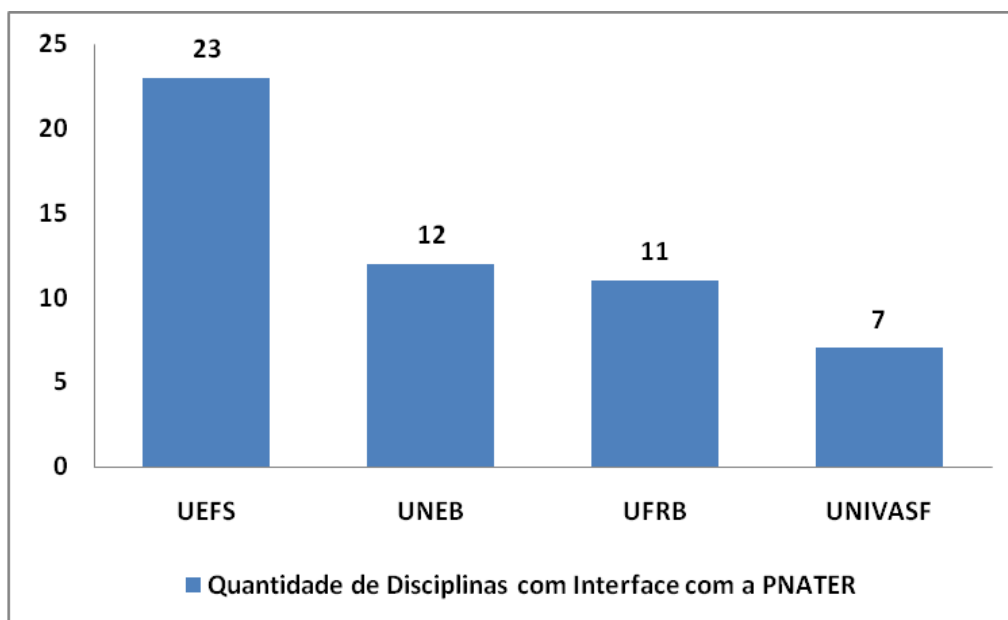


Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir dos Projetos Pedagógicos do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF (2012), UFRB (2009), UEFS (2010), UNEB (2012) e da Lei 12.188/2010.

Os dados descritos na figura acima representam o somatório das interações das disciplinas dos cursos pesquisados, com os Princípios, Objetivos e Público Beneficiário da PNATER.

O acumulado das interfaces, na organização curricular, por universidade, mostra a UEFS com a maior interface, dentre as universidades pesquisadas, chegando a interagir com dezessete, dos vinte, temas da PNATER. A UNEB também obteve bom desempenho interagindo com doze temas da PNATER, seguida da UFRB com oito interações e pela UNIVASF, que interage com seis temas da PNATER.

Figura 11: Quantitativo de Disciplinas com Interface com a PNATER por Universidade



Fonte: Elaboração Própria (2018), a partir dos Projetos Pedagógicos do Curso de Engenharia Agrônômica da UNIVASF (2012), UFRB (2009), UEFS (2010), UNEB (2012) e da Lei 12.188/2010.

A figura acima mostra o desempenho das universidades pesquisadas de acordo com a quantidade de disciplinas, na organização curricular, que abordam temas da PNATER. Pois tão importante quanto o número de interações, é a quantidade de disciplinas que interagem com o tema. Uma única disciplina, na sua ementa ou bibliografia, pode interagir com uma infinidade de temas. Entretanto à medida que se abre muito esse leque, é muito provável que essa interação aconteça de modo superficial. De modo que quanto maior a quantidade de disciplinas tratando de temas relacionados a PNATER, maior a possibilidade de aprofundamento e certamente maior tempo de estudos dedicados a temáticas da PNATER.

Nesse sentido observa-se o curso de Agronomia da UEFS se destacando com vinte e três disciplinas que tratam dos temas da PNATER. Essas disciplinas são responsáveis pela interação com dezessete, dos vinte, temas da PNATER e por colocar a organização curricular do curso de agronomia da UEFS como o maior em número de interfaces com a PNATER. A UNEB apresenta boa interface através de doze disciplinas que interagem com, também doze temas da PNATER, seguida da UFRB com onze disciplinas que interagem com oito temas

e por último a UNIVASF com sete disciplinas responsáveis pela interface com seis temas da PNATER.

6 CONCLUSÃO

No quesito Princípios, a análise comparativa dos Princípios dos Projetos Pedagógicos com os Princípios da PNATER, evidenciou que todos os cursos pesquisados apresentaram baixa interface.

No quesito Perfil do Egresso, os projetos pedagógicos da UEFS e da UNEB foram os que apresentaram a maior interface com a PNATER, com nove interações cada.

Na análise da interface da Organização Curricular com a PNATER, via de regra, todos os Projetos Pedagógicos, de todos os cursos pesquisados, apresentaram uma elevada interface com o tema do Desenvolvimento Sustentável, que é um dos seis Princípios e um dos doze Objetivos da PNATER. A avaliação que há uma necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento rural implantado pela revolução verde e embasado no ensino, pesquisa e extensão das universidades brasileiras, parece ser uma necessidade pactuada no âmbito da academia. Além disso, esse tema é muito enfaticamente tratado nas Diretrizes Curriculares Nacionais como orientação para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Engenharia Agrônômica ou Agronomia.

A presença da disciplina Agroecologia foi observada em todos os projetos Pedagógicos pesquisados, como disciplina obrigatória, dentro da organização curricular dos cursos de agronomia. Essa é uma tendência de pesquisa, ensino e extensão que se encaixa na mesma avaliação do parágrafo acima. O surgimento da agroecologia nos currículos das universidades é algo muito recente, e ele se dá a partir de uma constatação de fadiga do modelo de desenvolvimento rural pautado na exploração desmedida dos recursos naturais, desconsiderando sua capacidade finita.

A pesquisa identificou ainda que os cursos pesquisados trabalham a temática da Agroecologia numa disciplina exclusiva, que é componente transversal em vários Princípios e objetivos da PNATER. Nesse aspecto todas

as universidades pesquisadas apresentaram interface com a PNATER nesse tema estratégico que pode se dizer trata da essência a PNATER aprovada em 2010.

Os temas, “Gênero, raça, geração e etnias” e “*Segurança Alimentar e Nutricional*”, princípios da PNATER não são abordados de forma clara nos Projetos Pedagógicos de nenhum dos cursos de agronomia analisados.

O projeto Pedagógico do curso de Agronomia com ênfase em agricultura familiar da UEFS apresentou interface com a maioria dos princípios da PNATER, sendo o curso com maior número de interfaces com os Princípios da PNATER, com disciplinas que tratavam de forma clara de quatro dos seis princípios.

Disciplinas como Introdução a agricultura familiar e agroecologia já no primeiro semestre, organização comunitária no segundo semestre, Agroecologia, agricultura familiar e camponesa, tecnologias apropriadas a agricultura familiar, comercialização e economia solidária, associativismo e cooperativismo e Educação do Campo fazem o Projeto Pedagógico do curso de Agronomia da UEFS o mais interativo com a PNATER. Pois trata dos temas de forma mais completa com disciplinas específicas e não apenas como ocorrência em ementas de disciplinas generalistas.

O tema do cooperativismo e associativismo possui elevada ocorrência no Projeto Pedagógico da UFRB. Esse tema faz parte dos objetivos da PNATER e é trabalhado na UFRB através de 3 disciplinas continuadas. Destaca-se também a abordagem, através de 03 disciplinas, da temática das Metodologias Participativas, princípio importante da PNATER.

Cumprir destacar também a importância da disciplina de Convivência com o Semiárido oferecida pela UNEB campus Juazeiro. Esse tradicional curso de agronomia reformulou seu Projeto Pedagógico em 2012 e incorporou além desse tema também a agroecologia e a disciplina de Extensão rural e comunicação reformulada e pautada textualmente na PNATER. Sente-se a ausência de aderência a PNATER no Público beneficiário de povos e comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto presentes no Território Sertão do São Francisco.

No projeto pedagógico da UNIVASF o quesito com maior interface com a PNATER, foi o tema da sustentabilidade, seguindo a tendência observada nas demais universidades analisadas. Entretanto, nesse Projeto pedagógico observou-se baixa interface com a PNATER nos demais temas. No quesito público Beneficiário da PNATER observa-se a mesma negligência do Projeto Pedagógico com as comunidades tradicionais Fundos e Fechos de Pasto.

A interface dos currículos dos cursos de agronomia das universidades pesquisadas se dá em níveis diferentes com a PNATER. O nível de interface difere pela quantidade de disciplinas e o detalhamento dessas com as temáticas da PNATER. Nesse sentido o Projeto pedagógico do curso de agronomia da UEFS se destaca de maneira diferenciada no detalhamento de disciplinas que abordam de maneira específica maioria dos temas da PNATER, sendo 23 disciplinas que tem interface com dezessete, dos vinte temas da PNATER. Sendo seguida pela UNEB com doze disciplinas abordando doze temas da PNATER, UFRB com onze disciplinas interagindo com oito temas da PNATER e a UNIVASF com sete disciplinas interagindo com seis, dos 20 temas da PNATER.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Brasília: IPEA, 1998. 25p (Convênio FIPE/IPEA). Relatório final.

AIRES L. **Paradigma qualitativo e práticas da investigação educacional.** Universidade aberta; Outubro 2011.

ALTIERE, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

ARROYO, M. **A escola e o movimento social: relativizando a escola.** In: ANDE, São Paulo; n ° 12, 1987.

BORDENA VE, J. E. D. **O que é participação.** (Coleção Primeiros Passos) 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.- LDB 9394/96: Artigos 12-14,** 1996.

CAPORAL, F.R. **Bases para uma nova ATER pública.** E-mail: caporal@emater.tche.br.

CARDODO, C. F. **Espaços de conflitos e permanência das agências de estado: o exemplo da Extensão rural em Santa Catarina.** Tese: Rio de Janeiro, 1990.

COSTA, A. C. e MADEIRA, A.I. **A construção do projeto educativo de escola: estudos de caso no ensino básico.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

COSTA, C. e SILVA, I. **Planejamento participativo: prática de cidadania ou cidadania na prática?** Revista de Educação da AEC, Ano 24 n° 96 jul/set, 1995.

DAMASCENO, M. N. **O saber social e a construção da identidade.** In: **Contexto & educação.** Ijuí: UNIJUÍ, Ano 9,N 38, abril/jun.,1995.

FREIRE, P. **Educação e participação comunitária.** In: CASTELLS, M. et all. **Novas Perspectivas Críticas em Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho d'água, 1997.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Editora Paz e Terra 12. ed. 2002. 93p **Educação na Cidade** . 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3a. ed. São Paulo: Cortez, CLACSO, 2002.

Pedagogia dos sonhos possíveis (Paulo Freire; Ana Maria Araújo Freire organizadora) São Paulo, Ed. UNESP, 2001.

GADOTTI M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.) **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo: Cortez, 1997.

GARCIA, R. L. **Desafios de uma escola que tenta incluir numa sociedade excludente.** In: Anais do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais. Florianópolis SC, 2003.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Currículo e diversidade cultural.** In: SILVA, T. da e MOREIRA, A. F. (orgs). Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIROUX, H. A. e MCLAREN, P. **Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural.** In: MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (orgs). Currículo, cultura e sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, Coleção Pesquisas, 1.1999.151p

GUIMARÃES, C. M. e MARIN D. G. **Projeto pedagógico: considerações necessárias à sua construção.** Revista Nuances, v. 4, set. 1998.

KAGEYAMA, Ângela A.. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso Brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

LAKATOS, Eva e MARCONI, K. A. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas, 1992.

Lei nº 12.188/2010. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, DOU de 12.01.2010.

LINHARES, C. F. **O direito ao saber com sabor. Supervisão e formação de professores na escola pública.** In: SILVA JÚNIOR, C. A. da e RANGEL, M. Nove olhares sobre as supervisão. 6a. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOURO, G. L. **A escola e a pluralidade dos tempos e espaços.** In: COSTA, M. V. **Escola básica na virada do século.** São Paulo: Cortez, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior – IES**. Publicado em: 2018. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

NELSON, C.; TREICHLER, P.A.; GROSSBERG, L.: “Cultural Studies”. In AIRES L. **Paradigma qualitativo e práticas da investigação educacional**. Universidade aberta; Outubro 2011.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. disponível em <http://www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm>. acesso em [24/09/2009](http://www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm).

OLIVEIRA, V. F. **Escola: a busca da identidade enquanto projeto político-pedagógico**. In: Contexto e Educação, Universidade de Ijuí, ano 5, nº 10, abr/jun 1990.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/5publicações/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao/view>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia – UEFS, Feira de Santana, 2010.

Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia - UFRB, Cruz das Almas- BA, 2009.

Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica – UNIVASF, Petrolina-PE, 2013.

Projeto do Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica - Bacharelado (Redimensionamento do Curso de Agronomia), UNEB, Juazeiro-BA, 2012.

PINO, M. del. **Política educacional, emprego e exclusão social**. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3a. ed. São Paulo: Cortez, CLACSO, 2002.

PNUD/FAO/MA. **Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar**, 1997.

QUEDA, Oriovaldo. **A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Piracicaba : ESALQ/USP, Tese de Livre Docência, março de 1987, 201p., mimeo.

ROSA, L. Projeto Político-Pedagógico: **uma construção coletiva, inclusiva e solidária**. Revista da AEC. Brasília, v.28. n 111, abril/jun/1999.

Gestão e Avaliação da Escola Pública: **Projeto Político-Pedagógico Campinas**: Papirus, 2001.

SANTIAGO, A. R. F. **Projeto político-pedagógico da escola: desafio à organização dos educadores.** In: VEIGA, I. P. A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

SANTOMÉ, J. **As culturas negadas e silenciadas no currículo.** In: SILVA, T. T. **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações.** 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SEVERINO, A. J. **O projeto político-pedagógico: a saída para a escola.** In: **Para onde vai a escola?** Revista de Educação da AEC, Brasília, DF(107), abril/jun. 1998.

SILVA, J. M. da. **A Autonomia da Escola Pública: A rehumanização da escola,** Campinas, SP, Ed. Papirus, 1996.

SILVA, T. T. da. **Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa perspectiva pós-moderna.** In: SILVA, T. T. da. e MOREIRA, A. F. (orgs). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, T. T. **Do Currículo e identidade social: territórios conquistados. Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

VALLE, A. M. **Educação popular na escola pública.** 2ª. Edição. Questões de nossa época. São Paulo: Cortez, 1997.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e Projeto Educativo.** São Paulo, Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, I. P. A. (org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, M. E. L. M. e CASTANHO, S. (Org.). **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora.** Campinas: Papirus, 2000.

Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva In: **VEIGA, I. P. A. (org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 2000.

Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A. e FONSECA, M. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios** para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

SANTOS, M. Entrevistadores: CARVALHO, M. et al. **Território e Sociedade.** Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

VIEIRA PINTO, A. **Sete Lições sobre educação de adultos**. 1 1 ed. São Paulo: Cortez, 2000 **Projeto político-pedagógico** / Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]; Universidade Federal do Paraná, Pró- Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR. 2005. 54 p. - (Gestão e avaliação da escola pública)

WANDERLEY, M. de N.B. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Campina Grande: Raízes. V.23, nº 01 e 02, jan-dez, 2004.